

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE MEIO AMBIENTE - NUMA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DOS RECURSOS
NATURAIS E DESENVOLVIMENTO LOCAL – PPGEDAM



SANDRO ABREU DE OLIVEIRA

**CENTRAL COOPERATIVA DE ASSOCIAÇÕES: POSSIBILIDADES E LIMITES PARA
A GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS E DESENVOLVIMENTO LOCAL**

**Belém
2010**

SANDRO ABREU DE OLIVEIRA

**CENTRAL COOPERATIVA DE ASSOCIAÇÕES: POSSIBILIDADES E LIMITES PARA
A GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS E DESENVOLVIMENTO LOCAL**

Dissertação apresentada para obtenção do grau de mestre em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia, Núcleo de Meio Ambiente, Universidade Federal do Pará.
Orientador: Prof. Dr. Mário Vasconcellos Sobrinho

Belém
2010

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca da Faculdade de Estudos Avançados do Pará – FEAPA

O141c Oliveira, Sandro Abreu de

Central cooperativa de associações: possibilidades e limites para a gestão dos recursos naturais e desenvolvimento local / Sandro Abreu de Oliveira; orientador: Mário Vasconcelos Sobrinho. Belém: NUMA, 2010.

64f.

Monografia. Programa de Pós-graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia. Universidade Federal do Pará, Núcleo de Meio Ambiente.

1. Desenvolvimento Local. 2. Gestão dos Recursos naturais. 3. Associações. 4. Central de Associações. I. Sobrinho, Mário Vasconcelos. II. Título.

CDD: 658.87

SANDRO ABREU DE OLIVEIRA

**CENTRAL COOPERATIVA DE ASSOCIAÇÕES: POSSIBILIDADES E LIMITES PARA
A GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS E DESENVOLVIMENTO LOCAL**

Projeto de Dissertação apresentada para obtenção do grau de mestre em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia, Núcleo de Meio Ambiente, Universidade Federal do Pará.

Defendido e aprovado em: ____/____/____

Conceito: _____

Banca examinadora:

Prof. Dr. Mário Vasconcellos Sobrinho – Orientador
Programa de Pós Graduação em Gestão dos Recursos
Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia (PPGEDAM / UFPA)

Prof. Dr. Thomas Adalbert Mitschein – Examinador Interno
Programa de Pós Graduação em Gestão dos Recursos
Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia (PPGEDAM / UFPA)

Examinador Externo
Prof. Dr. Carlos Augusto Souza – Examinador Externo
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPCP/UFPA)

Aos meus pais, José Walveres de Oliveira e Sônia Maria
Abreu de Oliveira;
À minha amada esposa Giane Ellen Alves de Souza;
Às minhas filhas Yasmim, Samyra e Giovana;
À minha irmã Silvia Abreu de Oliveira;
E a minha vovó Tarcila Fonseca.

AGRADECIMENTOS

À Jesus Cristo por não deixar eu me distanciar dos meus sonhos.

Ao professor Dr. Mário Vasconcellos Sobrinho; pela determinação, orientação e incentivo ao estudo, pela sabedoria na busca do equilíbrio entre a paciência e o rigor acadêmico que me possibilitaram superar desafios na busca do conhecimento e pela honestidade e confiança em mim depositada.

Aos associados da Central de Associações e Entidades para o Desenvolvimento Sustentável e Solidário do Arquipélago do Marajó, pela recepção dessa organização e pelas valiosas contribuições que subsidiam esta dissertação.

Ao Instituto Vitória Régia, pela liberação concedida para participação no Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia– PPGEDAM.

Aos meus irmãos queridos da Igreja Cristã da Família pela intercessão e sustentação pela fé nos momentos de angústia.

À minha esposa, fiel escudeira por colaborar e compartilhar comigo momentos de inquietação no processo de busca pelo conhecimento.

Aos meus professores que contribuíram em todas as etapas de pesquisa e/ou em corredores acadêmicos, trazendo palavras de estímulo em ocasiões adversas.

Aos meus familiares e amigos pelo apoio, paciência, compreensão e incentivo.

E a todos que direta ou indiretamente torceram para que eu concluísse esta jornada.

Semeie um pensamento, colha uma ação.
Plante uma ação, colha um hábito.
Plante um hábito, colha um caráter.
Plante um caráter, colha um destino.
(Autor desconhecido)

RESUMO

A dissertação examina a construção de uma central cooperativa de associações na Ilha do Marajó (Pará, Amazônia, Brasil) focalizando o desenvolvimento local e a gestão dos seus recursos naturais. Em particular, a dissertação busca entender como uma central cooperativa de associações contribui para gestão dos recursos naturais e para o desenvolvimento local de um município que tem como base econômica o agroextrativismo. A dissertação analisa o processo de construção da Central Cooperativa de Associações de Produtores Rurais Agroextrativistas de Açaí do Município de Curalinho, buscando entender suas possibilidades e limites no contexto da economia solidária. O arcabouço teórico envolve a discussão sobre gestão dos recursos naturais, economia solidária e desenvolvimento local. A metodologia utilizada foi do estudo de caso exploratório. Como procedimentos para coleta de dados utilizou análise documental, entrevistas estruturadas, entrevistas semi-estruturadas e observação participante. Ao final, o estudo demonstrou que as alternativas econômico-ambientais e as relações sócio-políticas construídas dentro do cenário no qual a Central está inserida são derivadas de fatores endógenos e exógenos. Endogenamente, os fatores são a credibilidade de um articulado e comprometido líder e a percepção dos membros das associações que compõem a Central sobre as explorações dos atravessadores e palmiteiros sobre os pequenos produtores familiares rurais. Exogenamente, o fator é a integração da Central com programas de desenvolvimento governamentais e não governamentais.

Palavras-Chave: Associações. Central de Associações. Desenvolvimento Local. Gestão dos Recursos Naturais.

ABSTRACT

The dissertation examines a cooperative of associations building in the Marajó Island (Pará State, Amazonia, Brazil) focusing on local development and natural resources management. Particularly, the dissertation tries to understand how a central of cooperative associations contributes to natural resources management and to local development of a *município* with an economy based on agro-extraction. The dissertation analyses the building process of the Central of Currálinho Agro-extraction, Small-scale, Family-based, Rural producer Cooperative of Association, trying to understand its possibilities and limits in the context of solidarity economy. The theoretical framework involves the debates on natural resources management, solidarity economy and local development. The methodology used was the exploratory case study. The data collection was based on documentary analysis, structured interviews, semi-structured interviews and participant observation. At the end, the study demonstrated that economic-environmental alternatives and the socio-politics relationships built in the scenario which the Central is involved are result of endogenous and exogenous factors. Endogenously, the factors are the credibility of an articulated and compromised leadership and the Central associations' members' perception of existence of an historical mild-man and large palm producers' exploration on small-scale family-based rural producers. Exogenously, the factor is the Central integration with governmental and non-governmental development programs.

Keywords: Associations. Centre of Associations. Local Development. Natural Resources Management.

LISTA DE FOTOS

Fotografia01 - Registro de assembléia para fundação da 1º associação agroextrativista de Curralinho – AAPA	42
Fotografia 02 -Registro de mutirões feito pelos associados.....	42
Fotografia 03 - Registro de reuniões da Central	46
Fotografia 04 - Registro de assembléias na Central	46
Fotografia 05 - Apontamento dos problemas na assembléia de criação da Central em relação ao açaí	48
Fotografia 06 - assessoramento da Emater em reuniões	49
Fotografia 07 - Representante do MDA/Brasília em reunião na Central.....	49
Fotografia 08 - Parceria construída com a COOPED, na sessão dos equipamentos	50
Fotografia 09 - Reunião sobre o assentamento – STR 51	
Fotografia 10 - Reunião sobre o assentamento – COOPED	51
Fotografia 11 - Infocentro conquistado pela articulação da Central.....	51
Fotografia 12 -Experiência com produção de farinha de buriti junto à empresa experimento BERACA SABARÁ Ltda.....	52
Fotografia 13 - Diretoria da Central monitorando	52

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1 - Localização dos Pólos nos quais as 24 associações filiadas à Central estão localizadas.....	14
Quadro 1 - Lista de entidades pesquisadas.....	37
Gráfico 1 - Identificação de problemas pelos associados	43
Gráfico 2 - Expectativas dos associados quanto a Central.....	47
Quadro 2 - Renda familiar mensal.....	54
Quadro 3 - Projeção de venda de açaí.....	54
Gráfico 3 - Composição da entrega do fruto açaí.....	55
Quadro 4 - Mercado e carteiras de clientes dos produtores de açaí sob a perspectiva da economia solidária	57
Quadro 5 - Mercado presente e futuro sob a perspectiva da economia tradicional	58
Gráfico 4 - Vantagens econômicas	58
Gráfico 5 - Vantagens ambientais.....	59
Gráfico 6 - Vantagens sociais.....	59
Gráfico 7 - Vantagens políticas	60

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

COOPED-CURRALINHO	COOPERATIVA MISTA DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DE CURRALINHO
CONAB	COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO
PAA	PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS
FNO	FUNDO NACIONAL DO NORTE
PRODEX	PROGRAMA DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO EXTRATIVISMO
PROAEX	PROGRAMA EXTRATIVISTA
AAPA	ASSOCIAÇÃO AGRÍCOLA DOS PRODUTORES DO ARAMAQUIRÍ
EMATER	EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURA DO PARÁ - EMATER
INCRA	INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA.
MDA	MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
CONAB	COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO
PARÁ-RURAL	PROGRAMA PARÁ RURAL
CEAM	CENTRAL DE ASSOCIAÇÕES E ENTIDADES DO ARQUIPÉLAGO DO MARAJÓ
PRONAF	PROGRAMA DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR
FNO	FUNDO NACIONAL DO NORTE
MEB	MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE
IBGE	INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
2	ENTENDENDO ASSOCIATIVISMO, COOPERATIVISMO, ECONOMIA SOLIDÁRIA E DESENVOLVIMENTO LOCAL.....	17
2.1	ASSOCIAÇÕES E COOPERATIVAS NO CONTEXTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	17
2.2	ECONOMIA SOLIDÁRIA E OS EMPREENDIMENTOS ASSOCIATIVISTAS NA AMAZÔNIA: UMA REFLEXÃO CRÍTICA.....	22
2.3	EMPREENDIMENTOS ASSOCIATIVOS: UMA FORMA SOCIAL SOLIDÁRIA DE PRODUÇÃO?.....	24
2.4	DESENVOLVIMENTO LOCAL E GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS: UM ENFOQUE TEÓRICO DE SUAS MULTIDIMENSÕES.....	26
2.5	AS ORGANIZAÇÕES ASSOCIATIVAS E A INTERAÇÃO COM O AMBIENTE POLÍTICO INSTITUCIONAL.....	30
3	METODOLOGIA.....	33
3.1	O MÉTODO E O CASO DA PESQUISA.....	33
3.2	A PESQUISA DE CAMPO.....	34
3.2.1	Questionário aos associados.....	35
3.2.2	Entrevistas Semi-Estruturadas.....	35
3.2.3	Observação participante.....	36
3.2.4	Análise de documentos.....	37
3.3	DIFICULDADES E LIMITAÇÕES DO MÉTODO E DOS PROCEDIMENTOS ADOTADOS.....	38
4	A ORIGEM DO ASSOCIATIVISMO EM CURRALINHO.....	41
4.1	ASSOCIATIVISMO EM CURRALINHO.....	41
4.2	DAS ASSOCIAÇÕES À CRIAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA CENTRAL.....	43
4.3	Da idéia à Ação: conquistas e parcerias da CEAM.....	47
4.4	GERAÇÃO DE RENDA ATRAVÉS DE UMA PLATAFORMA DE SUSTENTABILIDADE SÓCIO-AMBIENTAL: UM INDICATIVO REAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA?.....	53
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	61
	REFERÊNCIAS.....	64

1 INTRODUÇÃO

O estudo analisou em que medida a implantação de uma central de associações, sob o foco da economia solidária, contribuiu para a gestão dos recursos naturais e desenvolvimento local das comunidades nela envolvidas. Busca entender o processo de construção de uma central cooperativa de associações e sua relação com o desenvolvimento comunitário.

A pesquisa foi desenvolvida dentro de um cenário agroextrativista de açaí, precisamente no município de Currealinho, arquipélago do Marajó, locus que utiliza técnicas de manejos comunitários.

As associações, como instituições contemporâneas, são organizações com características eminentemente sociais que funcionam com princípio democrático. São organizações sem fins lucrativos que objetivam representar e defender os interesses dos associados, estimular a melhoria técnica, profissional e social destes. Possuem compromissos educativo, social e econômico e tem como principal função a negociação com o governo. Tais entidades são vistas, como “sistema paralelo e parapolítico que aglutina mais que os partidos políticos e a partir do qual se estrutura ação política” (OLIVEIRA, 1990, p. 55). Para isso, importa, certamente, uma convivência mais ativa e igualitária dos associados na própria organização. Importam igualmente sua capacitação e formação democrática. A importância de pensar no “outro”, no âmbito dessas entidades, articula-se com as trajetórias de atuação do grupo, com as diferenças e valores que configuram seu cotidiano.

Sob uma leitura mais econômica, Steiner (2001) classifica as associações como o espaço funcional onde a alienação conjunta dos interesses opostos toma como ponto de partida a necessidade dos associados e a determinação do real valor da cooperação. Não retrata de um lugar fixo ou figurativo; portanto, não se trata de um instituto com funcionários, mas apenas de um espaço de encontro pautados em uma plataforma de interesses e conflitos diversos.

As organizações dos pequenos agricultores são construídas na interface da sociedade global como um meio para regular as relações entre indivíduos e os diferentes grupos sociais que subsidiam a política regional e os atores de seu meio externo. Quando as organizações de agricultores se tornam independentes, ou são criadas pelos próprios agricultores, se transformam em instrumento a ser utilizado pela sociedade local para atuar sobre seu meio externo e para aumentar sua capacidade de negociação com os atores externos, isto é, com indivíduos e grupos com os quais se relacionam. Se a organização dos agricultores obteve

resultados significativos e reconhecidos pelos associados, seu peso na sociedade aumentará bem como sua capacidade para influir nas relações sociais preexistentes. (BERTHOME; MERCOIRET, 1999).

Dentro do cenário de Currálinho abordado na pesquisa, encontra-se um grupo de vinte e quatro associações agroextrativistas que buscam se consolidar em uma central cooperativa de associações. Essas associações, por sua vez, são em sua maioria influenciadas pelos movimentos sócias rurais que lutam pelas conquistas dos seus direitos e de melhores condições de geração de trabalho e renda.

O município de Currálinho, onde as associações estão localizadas (ver imagem 1 de localização de atuação das associações) possui uma área de 3.620 Km², cuja estrutura fundiária caracteriza-se pela predominância de pequenas propriedades familiares que ocupam 88,7% da superfície agrícola municipal. (IBGE, 2000) A área média das propriedades agrícolas do município é de 22,6 hectares, o que indica a Currálinho um perfil fundiário específico que o diferencia de toda a região do arquipélago do Marajó, onde predominam os latifúndios pecuários.



Imagem 1 - Localização dos pólos nos quais as 24 associações filiadas à Central estão localizadas no município de Currálinho

Fonte: www.google.com.br, 2009.

Cem por cento dos agroextrativistas do município de Currálinho têm sua mão de obra composta por base familiar que atuam na coleta de frutos de açaí, exploração do palmito (nativo), pesca, extração de madeira e/ou na agricultura de subsistência (esta localizada nos centrões), sobretudo no cultivo de mandioca, em roças tradicionais (IBGE, 2000), com a utilização do sistema de “derruba e queima” da floresta, método que provoca a degradação ambiental, além de ter baixo rendimento econômico.

De uma forma geral, Currálinho tem como principal produto o açaí, que correspondeu a 850 toneladas, o camarão, a madeira e o palmito (IBGE, 2007), sendo esses dois últimos, os principais produtos de exploração dos recursos ambientais do município, contribuindo para o empobrecimento dos estoques naturais, comprometendo a sustentabilidade e promovendo um cenário cada vez mais degradado.

De acordo com a contagem populacional do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, no ano de 2007, cerca de 18.362 habitantes de Currálinho vivem no meio rural. Os indicadores sociais expressam a dinâmica acima enunciada: a renda per capita média do município diminuiu 28,83% de 1991 a 2000. A pobreza (medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a 120 reais/mês) cresceu 17,10%, passando de 71,5% em 1991 para 83,7% em 2000. O analfabetismo atinge a 41,7% do total da população adulta, com mais de 25 anos. E, 57% da população jovem (com idade inferior a 24 anos) têm menos de 04 anos de estudo. (IBGE, CENSO 2000)

Nesta dissertação, buscou-se analisar três fatores considerados relevantes para que uma central de associações apresente um retorno satisfatório para seus associados e para as comunidades as quais estão envolvidas, a saber: o perfil sócio-econômico dos membros das associações, a capacidade de organização política com suas respectivas inter-relações social, e a forma de gestão dos recursos naturais.

Tomando como base a questão central da pesquisa que busca entender como uma central cooperativa de associações contribui para gestão dos recursos naturais e o desenvolvimento local, três questões subjacentes foram focadas: (1) como tem se modificado o perfil sócio-econômico dos membros das associações filiadas à central cooperativa? (2) qual capacidade de organização política e suas respectivas inter-relações sociais? (3) como a central de associações tem contribuído para a prática de manejo agroextrativista do açaí?

Diante do exposto, teve-se como hipóteses do estudo: (a) com a consolidação da central, houve mudanças significativas do perfil sócio-econômico dos membros das associações envolvidas na central; (b) a capacidade de organização política da central é responsável pela mudança do perfil sócio-econômico das associadas em função da atenção de apoio financeiro de organizações externas em face de suas inter-relações sociais; (c) a prática de manejo é condição fundamental para as relações da central com organizações externas.

Assim, tomando como base o caso da Central Cooperativa de Associações de Currálinho, o objetivo geral da pesquisa consistiu em: Analisar o processo de construção de uma Central Cooperativa de Associações de pequenos produtores rurais agroextrativistas de base sustentável para a gestão dos recursos naturais e desenvolvimento local, buscando

entender suas possibilidades e limites. Como desdobramento do objetivo geral, definiu-se três objetivos específicos: (a) Examinar os movimentos do perfil sócio-econômico dos associados vinculados a central de cooperativa; (b) Identificar a capacidade de organização política da central e seus rebatimentos para resultados positivos de desenvolvimento comunitário; (c) Diagnosticar como a Central Cooperativa contribui para prática de manejo agroextrativista do açaí.

2 ENTENDENDO ASSOCIATIVISMO, COOPERATIVISMO, ECONOMIA SOLIDÁRIA E DESENVOLVIMENTO LOCAL

2.1 ASSOCIAÇÕES E COOPERATIVAS NO CONTEXTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

As associações surgem como instituições eminentemente sociais com o objetivo de defender os interesses dos seus membros, atuando de forma democrática, a partir do seu marco contemporâneo. Essas entidades buscam o compromisso de estimular a melhoria da qualidade de vida de seus membros, seja ela cultural, ambiental, social e econômico, pleiteando também contemplar programas educativos, prestando serviços aos seus associados, através de articulações que atendam demandas coletivas, sejam elas de recursos oriundos de programas especiais, doações, subvenções de entidades públicas, privadas, nacionais e internacionais.

Ao citar associação, temos logo a noção de que se trata de uma organização sem fins lucrativos, oriunda de uma reunião entre duas ou mais pessoas, com ou sem personalidade jurídica, para atendimento de um (ou mais) objetivo (s) em comum. No entanto, constituir uma associação perpassa pela busca de ações que planejem concretizar interesses comuns, capazes de promover o desenvolvimento, tendo “em mãos” práticas coletivas. Segundo Coelho (2000, p. 23) “suas atividades visam ao atendimento de necessidades coletivas e, muitas vezes, públicas”. Enquanto que Crozier e Friedberg (1977, p. 22) afirmam que “a associação é um processo de criação coletiva por meio dos quais os membros de uma coletividade aprendem juntos, ou seja, inventam e fixam juntos novas maneiras de lidar com os jogos sociais da cooperação e do conflito e adquirem as capacidades de conhecimento, de relacionamento e de organização correspondentes”.

As associações buscam interesses coletivos de seus associados, melhorando e enriquecendo o capital social de seus membros com a contribuição de instrumentos democráticos dentro da entidade. Segundo Oliveira (1990), “a importância de pensar no outro, no âmbito dessas entidades, articula-se com as trajetórias de atuação do grupo, com as diferenças e valores que configuram seu cotidiano”.

Já as cooperativas são organizações de pessoas que não visam a obtenção de resultados individuais para seus associados, no entanto, a avaliação da eficiência destas não

pode levar em conta apenas a obtenção de sobras para seus participantes, visto que, além de donos eles são também clientes desta empresa cooperativa, permitindo que os resultados auferidos possam ser econômicos, sociais, educacionais, agregadores de qualidade de vida, de renda, ou outros conforme os objetivos da mesma. Acima de tudo, as cooperativas são associações ao serviço de seus membros. A finalidade principal de uma cooperativa tradicional é a melhoria da condição econômico-social de seus cooperados (SILVA, 1994).

Presente neste contexto encontra-se o associativismo, constituindo-se em exigência histórica para melhorar a qualidade da existência humana, ou seja, para melhorar as condições de vida dos indivíduos de um determinado local, pois possibilita a troca de experiências e a convivência entre as pessoas, criando oportunidades de crescimento e desenvolvimento. Para Gerlach e Batalha (2003), as associações e as cooperativas constituem os tipos de associativismo mais comuns no meio rural. Elas são organizadas por adesão voluntária, onde os associados se unem em busca de um interesse comum, objetivando ao mesmo tempo atender aos seus interesses particulares.

A vida associativa está presente em muitas áreas das atividades humanas, mormente traduzida em condições que visam contribuir para o equilíbrio e estabilidade social e, a esse respeito Frantz (2002, p. 1) destaca,

[...] associativismo, com o sentido de co-operação, é um fenômeno que pode ser detectado nos mais diferentes lugares sociais: no trabalho, na família, na escola etc. No entanto, predominantemente, a co-operação é entendida com sentido econômico e envolve a produção e a distribuição dos bens necessários à vida.

Leonello e Cosac (2002), “corroborando com esta proposição destacando que o associativismo teve sua importância enfatizada por Alexis de Tocqueville, ao declarar sua contribuição para o fortalecimento da democracia, visto que possibilita a agregação de interesses individuais permitindo a educação dos cidadãos e cidadãs para a prática e o convívio democráticos”.

[...] a sociedade democrática sempre será individualista para Tocqueville, mas para evitar a situação aqui descrita, ele elabora o conceito de interesse bem compreendido, que poderíamos chamar como egoísmo esclarecido. Ou seja, os indivíduos percebem que se todos se voltarem apenas para seus interesses privados, estarão piores do que se dispusesse de tempo para a coletividade. A dedicação de parte do tempo dos indivíduos ao coletivo e ao público é condição essencial para que a democracia liberal não degenerem em uma democracia despótica. [...] uma das maneiras de impedir que o regime democrático liberal se degenerem é a união dos indivíduos que individualmente são fracos para a realização de ações coletivas, por meio do associativismo, ou, como Tocqueville denomina, da arte da associação. Na realidade, para ele um aspecto muito importante dos efeitos da participação associativa sobre os indivíduos é a criação de hábitos de colaboração e solidariedade (LEONELLO; COSAC, 2002).

As associações de produtores rurais surgiram da incapacidade de outros canais de representação, como os sindicatos rurais e as cooperativas, de dar respostas satisfatórias e constantes às necessidades dos agricultores; tais como: custeio, crédito, escoamento, infraestrutura, etc. (SILVEIRA et al., 1999). Nesse contexto, as entidades de trabalhadores da agricultura familiar, podem se constituir em um importante meio para a racionalização dos altos custos de produção e das exigências de escala de produção, sendo justificadas para alcançar objetivos bem definidos, como diminuir a influência de intermediadores, ao adquirir e usar de maneira coletiva de máquinas, insumos e equipamentos agrícolas. (SILVEIRA et al., 1999).

Neste cenário, encontramos as associações e as cooperativas como elementos incubadores na engrenagem da economia solidária, pois apresentam concepções agregadoras para a operacionalização das etapas deste sistema. Neste sentido, observa-se que as organizações associativas que atuam através de uma estrutura organizacional própria à autogestão e de processos sociais de participação coletiva vem em tempos de grandes mudanças da ordem econômica, se apresentando como alternativa capaz de responder aos desafios de uma sociedade extremamente consumista.

A análise de associações e cooperativas no contexto da economia solidária com as suas potencialidades e limitações têm como abordagem multifocal as dimensões econômicas, sociais, políticas e técnicas. É evidente o fato de que este contexto, não pode e não deve ser, apenas um viés econômico. Trata-se de uma mudança de cultura e de relacionamentos sociais e institucionais.

Vendo sob este prisma, o associativismo passa a ser um mecanismo de difícil implementação, dentro de uma plataforma de interesses e conflitos, pois exige certa coesão cultural, predisposições, atitudes locais (dos próprios associados), dentre outros requisitos. Muitas vezes esses produtores já criaram uma aversão a esses mecanismos, pois vivenciaram experiências fracassadas, ou mesmo por aversão a qualquer tipo de mudança, por falta de confiança ou falta de uma cultura da cooperação. Por isso, o associativismo necessita de uma dinâmica que supere a visão simplista como a resolução de todos os problemas, sejam eles econômicos, ambientais, culturais e outros, mas como um desafio na transformação social.

Entende-se que a economia solidária está com seu eixo primordial focado nos princípios cooperativistas, assumindo muitas vezes a personalidade jurídica de cooperativa, em muitas ocasiões abordadas de maneiras genéricas, quando na verdade, apresentam-se com interesses contrários a dos trabalhadores. Desta forma, por serem amparadas pela mesma Lei, essas diferentes cooperativas, dificultam o atendimento para as diferentes demandas sócio-

políticas na formulação de políticas públicas, ficando assim a bandeira de cunho socialista – que vem sendo defendida pelos principais autores que discutem sobre Economia Solidária. (SINGER, 2000).

Faz-se necessário aqui, refletir teoricamente sobre as principais correntes que tem como plataforma o cooperativismo, sejam elas defensoras ou discordantes dos que defendem os caminhos sociais, os que percorrem os “descaminhos” ou artifícios empresariais as que tomam como alternativas para sobreviver perante as concorrências.

Gradativamente, entidades cooperativistas utilizam estratégias empresariais para enfrentar o sistema capitalista em busca de uma maior eficiência e competitividade. Será que estas estratégias não estariam traindo a proposta ou essência do próprio cooperativismo, reproduzindo com isto características capitalistas para garantir a sua sobrevivência, tendo como característica reprodução de capital a partir da utilização da força de trabalho dos próprios cooperados? Como estabelecer critérios que possamos mensurar e generalizar a eficiência da economia solidária em discrepâncias sócio-econômicas nestes casos, pois as legislações adotadas são conquistas sociais de longos anos, garantidas por debates alternativos perante o acúmulo de capital de maneira justa? Esses são questionamentos extremamente pertinentes que, no entanto, merecem uma reflexão específica que foge ao escopo deste trabalho.

Verifica-se também que muitas iniciativas privadas, sejam elas localizadas no campo, ou em grandes centros urbanos, são “adquiridas ou repassadas” para os próprios funcionários como personalidade jurídica que são tocadas, através de organizações dos próprios trabalhadores como forma de resistência ao desemprego e/ou poder patronal, sendo então uma força contrária aos interesses estritos de reprodução do capital. Estas estariam então dentro da dimensão da economia solidária e, também estariam sofrendo entraves, pois necessitam de políticas públicas específicas e uma diferenciação substancial e jurídica das cooperativas supracitadas na primeira hipótese.

De fato, as formulações mais audaciosas associam a economia solidária a um novo modo de produção não-capitalista (TIRIBA, 2001; SINGER, 2000; VERANO, 2001). Entretanto, quer pela insuficiente ao aprofundamento teórico destas, quer pela tendência a não serem vistas como problematizações do tema, não há como tomar posição e juízos definitivos.

Estabelecer um referencial teórico sobre economia solidária pode ser definido como uma iniciativa econômica que incorpora trabalhadores (as) associados (as) em torno dos seguintes objetivos/características: caráter coletivo das experiências (não são, portanto, formas de produção e consumo individuais, típicas da “economia informal” em seu sentido

estrito), generalização de relações de trabalho não assalariadas, exercício do controle coletivo do empreendimento (de suas informações, fluxos, rendimentos etc.), e “inserção cidadã” das iniciativas: respeito ao consumidor e ao meio ambiente, participação ativa na comunidade em que está inserida, articulação política com as outras iniciativas de economia solidária, denúncia de mecanismos antiéticos de mercado (COSTA, 2004).

A contextualização da economia solidária sobre determinados tipos de cooperativas pode ser confundida com “iniciativas de economia solidária”, mas que não se reivindicam como tal e nem são assim consideradas, nem pelos estudiosos, nem pelos atores sociais: as cooperativas tradicionais, com ampla utilização do trabalho assalariado e as cooperativas de fachada, formações empresariais oriundas, de modo geral, do esforço e terceirização de empresas “tradicionais” ou gestores públicos, cujo objetivo é driblar a legislação – cada vez mais escassa – que protege os direitos dos trabalhadores em relação ao capital.

Sobre esta contextualização da economia solidária, pode-se dizer que falar da economia solidária é relativamente fácil, mas definir quais os empreendimentos que reúnem as qualidades para integrá-la é extremamente difícil.

Segundo Cattani (2002, p.5) “Não há dúvidas sobre a nobreza dos propósitos comungados por todos aqueles envolvidos com a Economia Solidária”. Os valores associados a essas experimentações estão entre os mais belos do gênero humano: generosidade, espírito de partilha, de doação, de construção coletiva sem segregação nem preconceitos ou exploração dos mais vulneráveis (CATTANI, 2002). Entretanto, alguns autores criticam às várias manifestações práticas e teóricas da Economia Solidária. Algumas questões merecem ser reformuladas, buscando esclarecer dúvidas e aprofundar o conhecimento das dificuldades, limites e, sobretudo, das possibilidades deste processo (CATTANI, 2002). Dessa forma, podemos citar algumas iniciativas com perfis de economia solidária, surgidas pelos Projetos de Execuções Descentralizadas, oriunda com apoio do PPG7, ligadas ao Ministério do Meio Ambiente - MMA, onde foram implantadas algumas cadeias produtivas no Estado do Pará, sob uma ótica, associativa e/ou cooperativa, mas que não conseguiram consolidar-se como uma economia efetiva.

Singer (2000) ratifica que em menor parcela existe ainda o preconceito conjuntural e conceptivo em relação a resultados que induz a degeneração de empresas que são solidárias, ao menos em sua acepção original.

No entanto Gaiger (2000a, p.273), diferentemente de Singer, aponta que as questões que hoje norteiam o campo da economia solidária giram em torno de um tema central: “Como

assegurar a viabilidade econômica dos empreendimentos solidários, garantindo seu êxito e sustentabilidade [...]”.

2.2 ECONOMIA SOLIDÁRIA E OS EMPREENDIMENTOS ASSOCIATIVISTAS NA AMAZÔNIA: UMA REFLEXÃO CRÍTICA

Experiências ligadas à agricultura familiar voltadas à geração de renda na Amazônia apontam dois aspectos bastante interessantes: o primeiro, ligado a escassez de indicadores sociais, econômicos e ambientais desses empreendimentos e o segundo aspecto, envolve a consolidação do empreendimento solidário, que muitas vezes nasce de movimentos que buscam princípios, mas que não se consolidam no decorrer do processo, onde deveria surgir a partir da preocupação e do respeito pelas pessoas e pelo ambiente, colocando as pessoas acima das negociações.

Sabe-se que, por mais que essas comunidades agroextrativistas tendam a aproximar-se da economia solidária, utilizando instrumentos de organização que facilitem a resolução de uma demanda interna, elas ao mesmo tempo se distanciam, quando notoriamente, a partir de sua comercialização, entram em um eixo paradoxal aquela proposta no início do processo. Isto é, facilmente identificado, a partir do momento em que a entidade apresenta o seu produto e vende para empresa e/ou comerciante que paga mais, tornando-os vulneráveis no processo. Mas ora, a entidade não fora criada para se livrar desses intermediários?

Por outro lado, sabemos que historicamente essas entidades, localizadas nessas comunidades amazônicas apresentam em seu processo de ocupação uma herança de exploração desigual; aqui não transcende as áreas econômicas e sociais, mas sim, política, cultural e ético, o que dificulta a assimilação de processo coletivo e igualitário, por parte de seus membros.

Quando uma iniciativa de empreendedorismo rural comunitário surge em comunidades Amazônicas, ela nasce indicando uma busca de melhoria na qualidade de vida, sem levar em consideração os inúmeros interesses de quem a promove, e quando envolve mercado, podemos afirmar que é um semeio que tende a frutificar perfis de solidariedade entre os mesmos, com empoderamento e autonomia sócio-econômica de seus membros. Segundo França (2002), pode-se conceituar o comércio ético e solidário no Brasil como uma forma de dar poder aos trabalhadores assalariados, aos produtores e aos agricultores familiares

em desvantagem ou marginalizados pelo sistema convencional de comércio. Segundo o autor, este comércio é baseado em relações éticas, transparentes e co-responsáveis entre os diversos atores da cadeia produtiva; pressupõe uma remuneração justa e contribui para a construção de relações solidárias no interior da economia; respeita diversidades culturais e históricas, além de reconhecer o valor do conhecimento e da imagem das comunidades tradicionais.

O quadro promissor de surgimento das iniciativas sejam elas associações, cooperativas ou centrais na Amazônia até o enquadramento em economia solidária, além de carrear rapidamente muitas vezes, o apoio de ambientalistas, organizações sociais e órgãos públicos, desperta um interesse especial sobre o problema da viabilidade desses empreendimentos na região, bem como sobre a natureza e o significado contido nos seus traços sócio-ambientais peculiares, de socialização dos bens de produção e do trabalho, como cadeias produtivas engessadas economicamente. Reconhecendo aí numa nova expressão dos ideais históricos das lutas camponesas e dos movimentos populares, ligados a populações tradicionais ou não, que passaram a integrar a economia solidária em seus debates, em seus programas de mudança social e em sua visão estratégica do desenvolvimento local. Observando-a como um campo de trabalho institucional, como um alvo de políticas públicas locais de contenção da pobreza, ou ainda como uma nova frente de lutas de caráter estratégico, visões, conceitos e práticas cruzam-se intensamente, interpelando-se e buscando promover a economia solidária, como uma resposta para os excluídos, como base de um modelo de desenvolvimento comprometido com os trabalhadores, como saída diante do aprofundamento das iniquidades culturais de ocupação, das políticas neoliberais e da dinâmica do capitalismo.

Espera-se aqui não criticar a ineficiência desses empreendimentos quanto a busca desses ideais, mas sim pensar como podemos enfrentar esses desafios e superá-los na região amazônica.

Para projeção de alternativas de desenvolvimento nesta região que impliquem na conservação de sua rica biodiversidade, precisamos ter como ponto de partida as peculiaridades locais sem tratarmos de modo isolado. É necessário esclarecer e abordar de forma holística, vendo quais articulações e interfaces a região estabelece com o país e o mundo. O desenvolvimento da região Amazônica deve então ser pensado sob a perspectiva do desenvolvimento sustentável, que tem como premissa o atendimento das necessidades da geração atual sem comprometer a habilidade de gerações futuras em atender as suas necessidades. (CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. 2002 b) Além disso, é importante entender que diferentes dimensões perpassam pela discussão da temática do desenvolvimento sustentável da região norte, tais como a política, a econômica, a social, a cultural e a

ambiental. É fundamental então salientar que um projeto de desenvolvimento sustentável para a Amazônia deve estar, sobretudo, calcado sobre uma proposta de desenvolvimento humano com um eixo de inclusão sócio-econômica de milhares de trabalhadores que nela habitam e historicamente (desde a época da colonização) têm sido proibidos de se apropriar de seu próprio território. Uma proposta comprometida com a redução dos índices de pobreza, promovendo uma maior articulação de atores - sociedade civil, governo, iniciativa privada - para o desenvolvimento sócio-econômico e apresente como eixo central o estabelecimento de políticas articuladas de conservação ambiental. É nesta perspectiva de articulação que apontamos a economia solidária, como um caminho que pensa políticas de desenvolvimento sócio-econômico para a região.

2.3 EMPREENDIMENTOS ASSOCIATIVOS: UMA FORMA SOCIAL SOLIDÁRIA DE PRODUÇÃO?

A explosão de iniciativas ligadas à economia solidária guarda semelhanças com a economia voltada à agricultura familiar. Inicialmente, porque as relações sociais de produção desenvolvidas nos empreendimentos econômicos solidários são distintas da forma assalariada. Muito embora, também aqui, os formatos jurídicos e os graus de inovação no conteúdo das relações sejam variáveis e sujeitos à reversão, as práticas de autogestão e cooperação dão a esses empreendimentos uma natureza singular, pois modificam o princípio e a finalidade da extração do trabalho excedente. Assim, naquelas práticas: a) predomina a propriedade social dos meios de produção, vedada a sua apropriação individual ou sua alienação particular; b) o controle do empreendimento e o poder de decisão pertencem à sociedade de trabalhadores, em regime de paridade de direitos; c) a gestão do empreendimento está presa à comunidade de trabalho que organiza o processo produtivo, opera as estratégias econômicas e dispõe sobre o destino do excedente produzido (VERANO, 2001). Em suma, há uma unidade entre a posse e o uso dos meios de produção.

Por outro lado, o ato de cooperar, mostra-se capaz de transforma-se no vetor de uma nova racionalidade econômica, apta a sustentar as iniciativas através de resultados materiais efetivos e de escalas que perpassam o véis econômico. Estudos práticos vêm deflagrando que o ato de cooperar na gestão e no trabalho, no lugar de contrapor-se aos imperativos de eficiência, atua como indutor de racionalização do processo produtivo, com efeitos tangíveis e

vantagens reais, comparativamente ao trabalho individual e à cooperação entre os assalariados induzida pela empresa capitalista (GAIGER et al., 1999; PEIXOTO, 2000). O trabalho consorciado age em favor dos próprios produtores e confere à noção de eficiência uma conotação bem mais ampla, referida igualmente à qualidade de vida dos trabalhadores e à satisfação de objetivos culturais e ético-morais.

O acúmulo de processos coletivos certamente é variável, por vezes restringindo-se a meros dispositivos funcionais para economias de base individual ou familiar, por vezes alcançando a socialização plena dos meios de produção e sobrepondo, aos interesses de cada um, a sorte de um empreendimento associativo plenamente autogestionário. O êxito deste passa a decorrer decisivamente dos efeitos positivos do seu caráter cooperativo (GAIGER, 2001b).

À medida que essas características elevam-se, provocam uma reversão do processo ocorrido nos primórdios do capitalismo, quando o trabalhador foi separado dos objetos por ele produzidos e converteu-se em propriedade de outrem, em mercadoria adquirida e destinada ao uso do capital. A autogestão e a cooperação são acompanhadas por uma reconciliação entre o trabalhador e as forças produtivas que ele detém e utiliza. Não sendo mais um elemento descartável e não estando mais separado do produto do seu trabalho, agora sob seu domínio, o trabalhador recupera as condições necessárias, mesmo se insuficientes, para uma experiência integral de vida laboral e ascende a um novo patamar de satisfação, de atendimento a aspirações não apenas materiais ou monetárias. Por conseguinte, as relações de produção dos empreendimentos solidários não são apenas atípicas para o modo de produção capitalista, mas contrárias à forma social de produção assalariada: nesta, o capital emprega o trabalho; naqueles, os trabalhadores empregam o capital.

Esta interpretação busca entender as iniciativas solidárias como expressão de uma forma social de produção específica, contraposta à forma típica do capitalismo e, no entanto, com ela devendo conviver, para subsistir em formações históricas ditadas pelo modo de produção capitalista. Atualmente, as inovações principais que a nova forma traz e mostra-se capaz de reproduzir, concentra-se no âmbito das relações endógenas, dos vínculos mútuos que definem o processo social imediato de trabalho e de produção dos empreendimentos ligados a economia solidária.

A economia solidária não reproduz em seus princípios as relações capitalistas, pois as substitui por outras, mas tampouco elimina ou ameaça a reprodução da forma tipicamente capitalista. Argumentos correntes em defesa da profundidade da mudança contida na economia solidária, considerando a melhora significativa nas condições de vida advinda do

trabalho numa empresa auto gerenciada, o fortalecimento que tais fatos representam para a luta geral dos trabalhadores e, por outro lado, a necessidade para esses de aprendizado de um novo modelo econômico (SINGER, 2000, p. 18), com um roteiro real a ser percorrido por um longo trajeto para atingir a transformação social, o que retira de perspectiva, por outro caminho, entender a alternativa solidária, em si mesma, como aposta em curso de um novo modo de produção, no sentido abrangente e profundo que o termo contém.

É necessário observar alguns processos encontrados em exemplos de economia solidária, praticado nos coletivos de produção que se multiplicam nas diversas formas coletivas de produção, sejam elas encontradas em agroextrativistas, cooperativas agropecuárias e outros formatos associativos. A socialização da terra e do trabalho, quando em graus avançados, rompe com a lógica e a tradição da pequena produção familiar e introduz vínculos de outra natureza entre os “trabalhadores rurais” (agora, assim chamados). Modifica-se, portanto, a forma social de produção. Contudo, na maioria dos casos, a base técnica, derivada do estado das forças produtivas, permanece intocada ou superficialmente alterada, ao menos por certo tempo; o modo material de produção não difere daquele empregado antes pela economia familiar, sobretudo quando essa já incorporava uma parcela razoável das inovações tecnológicas promovidas pelo capitalismo. Do mesmo modo, é com os agentes deste que os atores locais transacionam, é diante de suas instituições que devem reafirmar os seus interesses, mesmo que os seus interesses individuais estejam por trás dos interesses coletivos.

2.4 DESENVOLVIMENTO LOCAL E GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS: UM ENFOQUE TEÓRICO DE SUAS MULTIDIMENSÕES.

Nesse trabalho, o entendimento é que o desenvolvimento, em sua proposição mais ampla, significa a realização de potencialidades econômicas, sociais e culturais de uma sociedade, em equilíbrio com o seu entorno ambiental, sem esquecer os seus valores políticos e éticos. Além disso, defendemos o Desenvolvimento Local como um processo gradativo de mudança que finaliza em sua construção e trajetória, a consolidação de processos participativos que envolvem as populações urbanas e rurais, conformando uma estratégia propulsora de dinâmicas sócio-econômicas mais alinhadas ao imperativo ambiental, aos objetivos de equidade e aos pressupostos de solidariedade de processos endógenos e/ou

exógenos. Porém, para que esses ideais possam ser monitorados, independentemente da adoção de um conceito preciso de Desenvolvimento Local, faz-se necessário avançar na compreensão dos elementos ou estratégias que permitam o entendimento de sustentabilidade, tema que nos leva a explorar conceitos variáveis de dimensões integradas.

Segundo Vasconcelos e Garcia (1998, p. 205):

O desenvolvimento, em qualquer concepção, deve resultar do crescimento econômico acompanhado de melhoria na qualidade de vida, ou seja, deve incluir, as alterações da composição do produto e a alocação de recursos pelos diferentes setores da economia, de forma a melhorar os indicadores de bem-estar econômico e social (pobreza, desemprego, desigualdade, condições de saúde, alimentação, educação e moradia).

O debate acerca do conceito de desenvolvimento é bastante rico no meio acadêmico, principalmente quanto à distinção entre desenvolvimento e crescimento econômico, pois muitos autores atribuem apenas os incrementos constantes no nível de renda como condição para se chegar ao desenvolvimento, sem, no entanto, se preocupar como tais incrementos são distribuídos. Deve-se acrescentar que “apesar das divergências existentes entre as concepções de desenvolvimento, elas não são excludentes. Na verdade, em alguns pontos, elas se completam” (SCATOLIN, 1989, p.24).

Sob o prisma da sustentabilidade deve ser estudada e proposta como sendo uma busca permanente de novos pontos de equilíbrio entre diferentes dimensões que podem ser conflitivas entre si em realidades concretas (COSTABEBER; MOYANO, 2000). Como aproximação ao que compreende cada uma destas dimensões, destacamos alguns aspectos que poderiam ser úteis na definição de indicadores do desenvolvimento local, para posterior monitoramento dos contextos de sustentabilidade alcançados num dado momento e cenário.

Primeiramente a dimensão social representa precisamente um dos pilares básicos da sustentabilidade, uma vez que, a preservação ambiental e a conservação dos recursos naturais somente adquirem, significado e relevância quando o produto gerado nos sistemas de produções, também possa ser equitativamente apropriado e usufruído pelos diversos segmentos da sociedade. (CAPORAL; COSTABEBER, 2002).

Segundo a dimensão ambiental, que tem na manutenção e recuperação da base de recursos naturais eixos centrais para atingirem-se patamares crescentes de sustentabilidade em qualquer sistema de produção, ligados a utilização dos recursos naturais. Portanto, "cuidar da casa" é uma premissa essencial para ações que se queiram sustentáveis, o que exige, por exemplo, não apenas a preservação e/ou melhoria das condições químicas, físicas e biológicas do solo (aspecto da maior relevância no enfoque agro ecológico), mas também a manutenção

e/ou melhoria da biodiversidade, das reservas e mananciais hídricos, assim como dos recursos naturais em geral. Não importam quais sejam as estratégias para a intervenção técnica e planejamento do uso dos recursos – um maciço de açai a ser manejado, por exemplo, mas importa ter em mente a necessidade de uma abordagem holística e um enfoque sistêmico, dando um tratamento integral a todos os elementos do agro ecossistema que venham a ser impactados pela ação humana. Ademais, é necessário que as estratégias contemplem a reutilização de materiais e energia dentro do próprio agro ecossistema. Em suma, o conceito de sustentabilidade inclui, em sua hierarquia, a noção de preservação e conservação da base dos recursos naturais como condição essencial para a continuidade dos processos de reprodução sócio-econômica e cultural da sociedade, em geral, e de produção agropecuária, em particular, numa perspectiva que considere tanto as atuais como as futuras gerações. (CAPORAL; COSTABEBER, 2002.b).

Terceiro, a dimensão econômica, que enfatiza que nem sempre o indicativo de uma elevação na produção e/ou uma produtividade aumentada de um determinado empreendimento pode refletir na elevação de renda e na independência de fatores externos e muito menos transmitir que o empreendimento tenha eficiência na gestão dos seus recursos naturais. Por outro lado estudos têm demonstrado que os resultados econômicos obtidos pelos atores envolvidos no processo são elementos-chave para fortalecer estratégias de desenvolvimento local. A dissociação da dimensão econômica perante a preocupação dos danos ambientais corrobora para perdas econômicas no curto ou médio prazo. Por outro lado, a lógica presente na maioria dos segmentos da agricultura familiar nem sempre se manifesta apenas através da obtenção de lucro, mas também por outros aspectos que interferem em sua maior ou menor capacidade de reprodução social. Por isso, há que se ter em mente, por exemplo, a importância da produção de subsistência, assim como a produção de bens de consumo em geral, que não costumam aparecer nas medições monetárias convencionais, mas que são importantes no processo de reprodução social e nos graus de satisfação dos membros da família. Igualmente, verifica-se um processo imediatista quanto a soberania e a segurança alimentar de uma região que se usufrui de estratégias baseadas em circuitos curtos de mercadorias e no abastecimento regional e microrregional, não sendo possível, portanto, desconectar a dimensão econômica da dimensão social. (CAPORAL; COSTABEBER, 2002.b).

Na dimensão política, a gestão dos recursos naturais perante a dimensão política tem a ver com os métodos e processos participativos e democráticos que se desenvolvem no contexto da produção agrícola e do desenvolvimento rural, assim como com as redes de

organização social e de representações dos diversos segmentos da sociedade local. Nesse contexto, o desenvolvimento local e a gestão dos recursos naturais de um determinado local devem ser formados a partir dos eixos culturais e políticos próprios dos grupos sociais, considerando-se suas relações de diálogo e de integração com a sociedade maior, através de representação em espaços comunitários ou em conselhos políticos e profissionais, numa lógica que considera aquelas dimensões de primeiro nível como integradoras das formas de exploração e manejo sustentável dos agro ecossistemas. Como diz Altieri, sob a perspectiva da produção, a sustentabilidade somente poderá ser alcançada “no contexto de uma organização social que proteja a integridade dos recursos naturais e estimule a interação harmônica entre os seres humanos, o agro ecossistema e o ambiente”, entrando a agroecologia como suporte e com “as ferramentas metodológicas necessárias para que a participação da comunidade venha a se tornar a força geradora dos objetivos e atividades dos projetos de desenvolvimento [rural sustentável]”. Lembra que, assim, espera-se que os agricultores e camponeses se transformem nos “arquitetos e atores de seu próprio desenvolvimento” (ALTIERI, 2001, p.52), condição indispensável para o avanço do empoderamento dos agricultores e comunidades rurais como protagonistas e decisores dos rumos dos processos de mudança social. Nesse sentido, deve-se privilegiar o estabelecimento de plataformas de negociação nas quais os atores locais possam expressar seus interesses e necessidades em pé de igualdade com outros atores envolvidos.

Finalmente a dimensão ética. Nesta o desenvolvimento local e a gestão dos recursos naturais, perante a dimensão ética se relacionam diretamente com a solidariedade e com novas responsabilidades dos indivíduos com respeito à preservação do meio ambiente. Entretanto, a crise em que estamos imersos é uma crise socioambiental, até porque a história da natureza não é apenas ecológica, mas também social. Todavia, qualquer novo processo ecológico deverá vir acompanhado do respectivo contrato social. Tais processos, que estabelecerão a dimensão ética da sustentabilidade, terão que adotar como ponto de partida uma profunda crítica sobre as bases epistemológicas que deram sustentação ao surgimento desta crise. Neste sentido, precisamos esclarecer que o que está verdadeiramente em risco não é propriamente a natureza, mas a vida sobre o Planeta, devido à forma como nos utilizamos e destruimos os recursos naturais. Sendo assim, a dimensão ética a que nos referimos exige pensar e fazer viável a adoção de novos valores, que não necessariamente serão homogêneos. (CAPORAL; COSTABEBER, 2002.b). Ademais, como lembra Leff (2001), a ética ambiental vincula a conservação da diversidade biológica do planeta com respeito à heterogeneidade étnica e cultural da espécie humana. Ambos os princípios se conjugam no objetivo de

preservar os recursos naturais e envolver as comunidades na gestão de seu ambiente. As dimensões descritas acima podem ser úteis também para a identificação na construção de processos e mecanismos para o auxílio em tratamento de enfoques que permeiam diferentes grupos sociais que convivem entre o desenvolvimento local e a gestão dos seus recursos naturais.

2.5 AS ORGANIZAÇÕES ASSOCIATIVAS E A INTERAÇÃO COM O AMBIENTE POLÍTICO INSTITUCIONAL

As associações possuem capacidade de captar e veicular demandas sociais de vários segmentos, em diferentes situações e, de acordo com seu engajamento, os associados têm assegurado ou não, o encaminhamento de suas reivindicações com possibilidade de fortalecer sua ação política. (COSTA; RIBEIRO, 2001).

Criadas para melhorar a articulação com o meio externo, as organizações de agricultores devem adquirir credibilidade com os múltiplos atores envolvidos que, em geral, se encontram em posição dominante. (BERTHOME; MERCOIRET, 1999).

O desenvolvimento local, tendo como plataforma as dimensões sócio-econômicas, permite a transformação das condições de vida dos habitantes de um local, pela capacidade de mobilização e participação dos atores locais em planos e iniciativas de desenvolvimento, exemplificado neste estudo pelo segmento das sociedades associativistas.

Com isto, a consolidação de parcerias entre instituições governamentais e entidades civis, organizações não governamentais, universidades, centros de pesquisa, centrais sindicais, dentre outras, permite a ampliação dos espaços de interação entre o Estado e a sociedade organizada (KAPRON; FIALHO, 2003), caracterizando a dimensão política e institucional necessária ao avanço e fortalecimento das sociedades associativistas.

Para Putnam (1996), o capital social diz respeito às características da organização social como confiança, normas e sistemas que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando ações coordenadas. Por outro lado, o alicerçamento do capital social e o fortalecimento das parcerias político institucionais são vetores que contribuem para estimular a participação das instituições associativas na definição de políticas públicas de desenvolvimento local. “A eficácia é alcançada por meio de um conhecimento mais acurado

das demandas dos diferentes grupos sociais e da percepção destes quanto aos melhores meios para satisfazê-las” (PUTNAN, 2002,7).

Contextualizar e mensurar participação pode torna-se bastante subjetivo em empreendimentos associativistas. A literatura sobre participação social sugere que essa vinculação apareça quando ao menos umas das três condições descritas a seguir, estejam presentes (COELHO; NOBRE, 2004). Uma delas é a presença de movimentos sociais, legítimos e respaldados pela massa, e capazes, tanto de aproximar as demandas sociais das políticas sob gestão dos espaços participativos como legalização do processo. A segunda é a estrutura institucional. A variável chave seria as regras de funcionamento destes espaços e sua capacidade tanto de traduzir em procedimentos e normas os objetivos desejados com a política em questão, favorecendo a participação daqueles que tem menos recursos; e a terceira condição, diz respeito ao comprometimento a decisões participativas para garantir a permeabilidade do ambiente institucional alinhavadas com as demandas trazidas da base social.

Silva (2003) escreve que a abertura de canais de comunicação entre a sociedade civil e o poder público local, seria um instrumento de racionalização da gestão pública na medida em que os recursos fossem dirigidos mais eficientemente.

A organização de pessoas, para participarem de algum instrumento de concentração, nem sempre proporciona um processo de gestão, sejam eles para uma plenária, um fórum, um seminário, uma reunião e um mutirão, estes podem ser demandadas por diversos interesses e conflitos, que nem sempre demonstram e/ou necessitam de uma organização mais ampla.

A participação dos associados em espaços de decisões alimenta o processo democrático, que é respaldado estatutariamente. A operacionalização da democracia associativa e a participação dos associados tendem a tornar lento o processo de tomada de decisão. Então se cria um embrião contraditório entre a gestão participativa e a eficiência em empreendimentos associativos.

Por sua natureza democrática, o poder dilui-se no corpo da organização associativa, despontando no exercício prático e nas relações. Dessa forma, sua eficácia está fundamentada na capacidade de ocultar as contradições presentes através do exercício da mediação. As práticas de gestão nas entidades associativas e cooperativas indicam que os conflitos de interesse conduzem a comportamentos mais políticos que ideológicos. Prado (2003) entende como um jogo o mecanismo que movimenta essas relações. Ao mesmo tempo em que permite a cooperação, alia a liberdade e a coação. No entanto, esses conflitos é que irão possibilitar o processo de negociação cujo processo inclui os jogos de poder e as estratégias de ação política

(ANTONIALLI, 2000). Conforme dito anteriormente, o conflito quando solucionado através da cooperação e negociação, pode fortalecer as relações no interior da organização. Porém, quando solucionado pela via da competição e com soluções unilaterais prejudica a participação nas decisões (ALBUQUERQUE et al.,2003).

Para Silva e Holz (2008) as entidades precisam adaptar-se a um contexto competitivo e para isso é preciso ajustar sua forma e estratégias de gestão. Dentre as estratégias sugeridas, os autores ressaltam a “estruturação do processo diretivo”. É uma estratégia considerada importante para alavancar o crescimento da entidade, segundo os autores, porque consiste em apoiar as lideranças. Silva e Holz (2008) acreditam que lideranças fortes e influentes tornam-se o diferencial na organização. Vale ressaltar, na citação dos autores, o líder ter um perfil carismático, apaziguador e solucionador de conflitos em prol dos interesses em comum.

3 METODOLOGIA

3.1 O MÉTODO E O CASO DA PESQUISA

Esta análise foi baseada no método estudo de caso, do tipo exploratório e descritivo, com abordagem qualitativa, cujo foco é amplo e não busca enumerar ou medir eventos de investigação.

Yin (2001) descreve um importante critério referente aos estudos de tipo exploratório: eles devem aprofundar a compreensão de um fenômeno pouco investigado, levando à identificação de categorias de observação ou à geração de hipóteses para estudos posteriores. Stake, (1983), destaca que o estudo de caso é uma investigação que focaliza um fenômeno original, tratando-o como um sistema delimitado cujas partes são integradas.

O caso escolhido para exame foi uma Central Cooperativa formada por 24 associações agroextrativistas e pescadores, existentes no município de Curralinho Marajó, Pará, denominada Central de Associações e Entidades do Arquipélago do Marajó (CEAM). Cada associação tem dois membros inseridos na diretoria da Central de Associações, formando assim, um colegiado, uma espécie de núcleo representativo denominado de Conselho Consultivo e Deliberativo.

Ainda em processo de legalização, a CEAM foi criada em 07 de Julho de 2007. A CEAM é uma entidade não governamental, com sede provisória no Rio Canaticú e tem na agricultura familiar, na educação, na cultura, no esporte, na inclusão digital, na pesca artesanal, na habitação e no meio ambiente, o foco de sua atuação.

A escolha pelo caso se deu por três critérios básicos: primeiro, por ser uma entidade que atua de forma inovadora em associativo. Sua inovação se caracteriza pela existência de eixos integrados que envolvem gestão democrática e participativa, comercialização de produtos no mercado local e regional, e preposição de projetos estruturantes, sob a ótica da sustentabilidade social, econômica, política e ambiental. Segundo, por ser uma entidade em formação. Este critério foi considerado importante porque permite entender sua trajetória e conseqüentemente acompanhar as suas possibilidades e limites. Terceiro, porque se trata de uma entidade que busca em sua essência unir desenvolvimento local e gestão dos recursos naturais.

Os critérios mencionados para escolha do caso identificam a CEAM como um caso singular, pois se trata de uma entidade que busca superar expectativas comerciais de matérias-primas em comum; defender uma gestão participativa plena; colocar em discurso prático de superação da exploração comercial por parte de atravessadores; e dar uma resposta a sociedade local quanto a preocupação de conduzir as suas atividades de maneira responsável e ambientalmente integrada em que as atividades de manejo é um princípio básico a ser seguido para preservar o açai.

Apesar dos entraves em relação a entidade “mãe”, que será relatado no capítulo correspondente a análise das organizações, a CEAM vem surgindo como instrumento local que possibilita para as associações a consolidação de suas atividades, “sua sobrevivência”, em que apresenta significativa participação de seu segmento produtivo no mercado local, como também se apresenta como um forte instrumento social e político na região do Marajó.

3.2 A PESQUISA DE CAMPO

A pesquisa de campo teve como procedimentos metodológicos a análise documental, que envolveu a sistematização de dados primários e secundários que as associações filiadas e a central dispõe, entrevistas semi-estruturadas, aplicação de questionários e observação participante.

A pesquisa documental se concentrou na análise de documentos formais e informais existentes na CEAM, tais como relatórios e atas de reuniões e encontros entre os associados. Analisaram-se, também, os contratos dessa sociedade com seus parceiros e clientes. No que tange as entrevistas semi-estruturadas, as mesmas foram realizadas com os dirigentes da CEAM e das associações envolvidas no empreendimento. Inclusive, a entrevista realizada com o presidente da CEAM foi filmada para que não se perdesse nenhuma informação importante no seu depoimento. Os questionários foram aplicados com membros filiados as associações. O objetivo do questionário foi traçar o perfil sócio-econômico das famílias envolvidas nas associações que compõe a Central. E a observação participante se deu principalmente nas reuniões realizadas na CEAM para discutir suas atividades e propostas. A seguir apresentam-se algumas informações sobre a aplicação desses instrumentos na pesquisa de campo.

3.2.1 Questionário aos associados

O questionário usado foi do tipo heterogêneo apresentando vários tipos de questões que envolviam perguntas fechadas, perguntas dicotômicas e perguntas de ação. Os questionários foram disponibilizados aos associados de todos os níveis hierárquicos, funções, cargos e setores das associações vinculadas a central de forma amostral e aleatória. A amostra corresponde a 50% das famílias.

O questionário foi usado para verificar as práticas associativistas/cooperativistas à luz dos princípios que tratam das relações da central com os associados, dados sócio-econômicos e questões ambientais. Foram levantados pontos positivos e negativos sobre a existência da central no contexto local.

3.2.2 Entrevistas Semi-Estruturadas

As entrevistas semi-estruturadas foram realizadas com os presidentes das associações e o presidente da Central na sede do município, em Curralinho. Estas foram baseadas em um roteiro com 10 itens previamente estabelecidos. Todavia, as entrevistas se desenvolveram numa conversa informal e longa de aproximadamente uma hora de duração – na qual o autor da pesquisa, como entrevistador, pode obter respostas satisfatórias para os itens definidos e demais informações a respeito da Central e suas afiliadas, sob a luz da construção. Como dito anteriormente com o presidente da Central houve uma filmagem com perguntas abertas e fechadas.

Com o roteiro previamente definido, evitou-se o excesso de questões (conforme modelo no apêndice B) possibilitando maior liberdade de expressão dos entrevistados. De acordo com Minayo (1996, p.99), o roteiro “é um instrumento para orientar uma conversa com finalidade que é a entrevista, ele deve ser o facilitador de abertura, de ampliação e de aprofundamento da comunicação.” Procurou-se com as entrevistas semi-estruturadas dar através em uma linguagem que facilitasse a compreensão dos entrevistados e o relato de suas opiniões e sentimentos “utilizando seus próprios termos” Marconi e Lakatos, (2001) referem que a entrevista, por ser um intercâmbio de comunicação, deve munir-se de aspectos que tragam eficácia a inter-relação para obtenção de um testemunho de qualidade.

Assim sendo, com a preocupação de captar na íntegra os relatos fornecidos pelos associados, os questionamentos buscaram investigar fatores como: motivação pessoal e coletiva para participar na central; o grau de satisfação em relação às organizações; como se dá a convivência dentro das organizações e com a comunidade; como se estruturam os interesses individuais e coletivos. Posteriormente, as entrevistas foram transcritas e o conteúdo analisado pelo pesquisador.

3.2.3 Observação participante

Na observação participante, o observador se coloca na posição e no nível dos outros sujeitos também verificados na pesquisa que compõem a situação a ser observada (RICHARDSON, 1999). Através desta técnica, houve um acompanhamento mais preciso nas áreas de coleta de dados, o que facilitou a análise sobre a construção desta entidade, incluindo suas práticas associativistas e/ou cooperativistas. Esta observação se processou no período de 03 (meses) consecutivos, destinados à otimização de atuação do autor nas comunidades envolvidas na pesquisa, pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA e pela construção do Pré-projeto do Pará Rural ⁽¹⁾ na Central, envolvendo como proponente a Associação do Rio Pagão, que eram discutidos nas assembléias da Central. Com isto a aplicação deste método se deu:

✓ Nas assembléias destinadas a tratamento de pautas voltadas as associações ligadas a Central (Pará Rural¹, Comercialização do Açaí, MDA e CONAB), onde foram realizadas nos dias de sábados (primeiro sábado de cada mês); sendo uma marcada na sede da associação da Bela Pátria, outra na sede do município, realizada no auditório da Cooperativa Mista – Cooped Curralinho e a última na sede da Associação do Rio Pagão. Nesses eventos a participação serviu para uma análise subjetiva dos atores locais e as suas inter-relações comunitárias e institucionais.

✓ Através da observação efetuada quanto à escolha de arranjos produtivos nos projetos do Pará Rural e verificação da dinâmica de interesses coletivos e individuais, através da forma de pagamento e periodicidade de composição dos grupos por arranjos.

¹ O Para Rural é um projeto do governo estadual que tem dentre suas atividades apoiar e financiar projetos que tenham o objetivo do desenvolvimento local (comentário).

✓ E em reuniões para tratamentos diversos da coordenação da Central, na sede do município, ou em viagens até Belém para encaminhamentos burocráticos de demandas construídas pelas entidades filiadas a Central.

3.2.4 Análise de documentos

A análise de documentos e demais informações da central, proporcionou o acesso a dados apropriados advindos da leitura e interpretação de alguns documentos e anotações, referentes às atividades da entidade e/ou entidades (informações gerais, que vão da composição de cada associação afiliada, estrutura existente, participação política, meios de coleta e produção e comercialização). A análise dos documentos com informações pertinentes da central (convocação para encontros, lista das entidades (ver quadro que segue), reuniões, assembleias; estatutos de algumas associações, questionários de pesquisa, etc.) e dos contratos com as empresas clientes da Central em relação à comercialização do fruto do açaí e outros produtos foram muito importantes para confrontar dados e informações formais e informais.

Quadro 1: Lista de entidades pesquisadas

Ord.	NOME DA ENTIDADE	Nº DE SÓCIOS EFETIVOS	CNPJ	RESPONSÁVEL
01	ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES E PESCADORES AGRO AGRO EXTRATIVISTA DO RIO PAGÃO	43	09.444.828/0001-03	MIGUEL BARATINHA
02	ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES E PESCADORES AGRO AGROEXTRATIVISTA DO RIO TARTARUGA	17	05.577.350./0001-39	VALTER FIRMINO
03	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E PRODUTORES EXTRATIVISTA DO RIO CUPLJO	18	11.013.475/0001-39	FRANCISCO DE PAULA
04	ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES RURAIS AGROEXTRATIVISTA E PESCADORES DO CROARI SANTA LUZIA NOSSA SENHORA DE NAZARÉ	24	08.909.207/0001-95	SEBASTIÃO NUNES
05	ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES AGROEXTRATIVISTA DA JERUSALÉM	32	09.502.051/0001-96	SEBASTIÃO RODRIGUES FERNANDES
06	ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS EXTRATIVISTA E PESCADORES DO RIO IPANEMA	16	08.765.534//0001-10	BENEDITO NOGUEIRA
07	ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS EXTRATIVISTA E PESCADORES DA ILHA SANTA CATARINA	18	08.840.851/0001-54	RAIMUNDO SOUZA
08	ASSOCIAÇÃO DE PEQUENOS PRODUTORES RURAIS EXTRATIVISTA E PESCADORES DA BELA PATRIA	26	08.914.008/0001-75	JOSÉ BARROS
09	ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES E PESCADORES DA ILHA TRACUATEUA DO CANATICU	14	11.546.600/0001-76	MARIA REGINA
10	ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES E PESCADORES DO PROJETO DO	17	10.675.873/0001-58	EDUARDO SANTIAGO

	ASSENTAMENTO AGROEXTRATIVISTA DA ILHA NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO			
11	ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES E PESCADORES AGROEXTRATIVISTA DO PROJETO DO ASSENTAMENTO DA ILHA SANTA MARIA	19	11.092.338/0001-37	FLAVIO FREITAS
12	ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES E PESCADORES AGROEXTRATIVISTA DO PROJETO DO ASSENTAMENTO DA ILHA SANTA APOLONIA	16	10.703.917/0001-06	RONALDO BASTOS
13	CENTRO COMUNITARIO AGRICOLA PIEDADE	19	34.622.274/0001-34	IVANILDO DA SILVA OLIVEIRA
14	ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E PRODUTORES RURAIS EXTRATIVISTAS DO RIO MARUARÚ	20	09.263.993/0001-69	PEDRO PEREIRA FRANCISCO BRABO
15	ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO RIO JATIBUCA	18	05.632.091/0001-59	IZAIAS FERREIRA DA SILVA
16	COOPERATIVA DE PRODUTORES EXTRATIVISTA DE CURRALINHO	18	02.953.007/001-53	MANOEL GEOVAL MATOS
17	ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E PRODUTORES RURAIS DO RIO MURUMURU - AMPREMUR	16	08.284.456/0001-48	ROSANA LIMA
18	ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DE SANTA CRUZ	17	09.263.993/0001-69	CANDIDO ANDRADE
19	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA- SANGRADA FAMILIA	23	09.263.993/0001-69	ANADIO OLIVEIRA
20	ASSOCIAÇÃO AGRÍCOLA DO CURUPUU	15	09.263.993/0001-69	MIGUEL SOUZA
21	ASSOCIAÇÃO DOS GRUPOS CULTURAIS DE CURRALINHO	35	09.263.993/0001-69	ADRIANO DOS SANTOS MONTEIRO
22	ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES DO RIO SAMANAJÓS	14	09.263.993/0001-69	JOÃO BATISTA SÁ
23	ASSOCIAÇÃO AGROEXTRATIVISTA DO RIO JUNÁ	13	09.263.993/0001-69	ALMIRO COSTA
24	ASSOCIAÇÃO - QUILOMBOLA DA POVOAÇÃO	22	09.263.993/0001-69	MARIA CONCEIÇÃO

Fonte: pesquisa de campo (julho 2010)

3.3 DIFICULDADES E LIMITAÇÕES DO MÉTODO E DOS PROCEDIMENTOS ADOTADOS.

Embora os métodos adotados na pesquisa tenham sido os mais apropriados para apreciação do objeto em pauta, os mesmos apresentaram algumas dificuldades e limitações. Em função da Central estar em processo de construção, obtivemos uma dinâmica de mudança constante, na condução dos trabalhos.

Uma das limitações encontradas pelo entrevistador fora a distância na qual algumas associações se localizavam, o que dificultou e atrasou algumas aplicações de questionários. Outro fator limitante e conflitante, fora observado no próprio ritmo de construção da central, neste sentido pode se ter um referencial preciso de filiadas à Central, ou que estivessem credenciadas na lista da Central. Vale lembrar que no início da pesquisa, a CEAM estava sendo formada a partir de nove (09) associações agroextrativistas do rio Canaticú. Quando houve o planejamento de coleta de campo, foi informado por lideranças locais que o número

de associações vinculadas a Central havia se ampliado para quatorze (14) entidades localizadas no rio Canaticú e que existiam entidades de outros rios do município interessadas na proposta. No percurso da coleta de campo até o tratamento das informações obtidas, através dos questionários e entrevistas, a CEAM já envolvia vinte (20) entidades. Ao concluir esta dissertação o presidente informara que quatro (04) novas entidades já se credenciaram, totalizando em outubro de 2010 vinte e quatro (24) entidades, sendo duas (02) cooperativas.

Este fato repercutiu diretamente no redimensionamento do trabalho de coleta de campo, realizado com as filiadas da Central. Pela composição e velocidade de credenciamento das mesmas, tivemos que partir de um referencial, uma base de universo de entidades, para que projetássemos o apoio logístico e também para facilitar definição da amostra para aplicação dos questionários. Inicialmente pretendia-se entrevistar todos os associados e presidentes das associações, quando o universo de entidades eram apenas nove (09). Como o processo de construção e composição da Central fora bastante dinâmico evoluindo para uma adesão maior de entidades, com localizações mais dispersas dentro do município, optou-se por uma coleta amostral dos associados, tendo a preocupação para não nos distanciarmos do real. As entrevistas, envolveram 100% dos presidentes de associações, inclusive das quatro entidades que estão no processo de filiação. Assim, 24 presidentes de associações foram entrevistados. Em relação aos questionários quantitativos, aplicou-se 100 questionários aleatórios, o que corresponde a uma amostra de 50% das famílias associadas (muitas famílias possuem mais de um sócio por entidade).

Um fator interessante em relação ao processo de construção da central é que legalmente (juridicamente) ela ainda não existe. Todavia, as atividades centralizam-se em uma associação, localizada no Rio Pagão. Todos os projetos e programas encaminhados para obtenção de recursos são direcionados para essa associação, que foi considerada pelos dirigentes da central para representar as expectativas do grupo de associações. Todavia, todos os dirigentes apresentam uma percepção clara que esta situação é provisória, é que deve seguir até a consolidação da entidade mãe, que é a Central. Uma demonstração que tal situação é provisória é que já existe uma pré- formação de diretores, inclusive com a delegação de um presidente, tesoureiro, e demais cargos para a Central.

A entrevista teve um papel destacado dentre os procedimentos de coleta, adotado nesta pesquisa, pois como instrumento metodológico, permitiu ao pesquisador usufruir de uma fonte flexível e dinâmica de informações relevantes a dissertação. Este instrumento possibilitou também uma maior interação e motivação na coleta de informação feita junto com os atores locais, deixando-os bastante a vontade para demonstrar os interesses e conflitos

encontrados no processo de construção da entidade mãe. Possibilitou também entender os pontos positivos e negativos do processo.

Outra dificuldade encontrada pelo pesquisador foi equilibrar a fonte de pesquisa com a vivência empírica do mesmo, no cenário local, haja vista que o mesmo já ocupara o cargo de secretário de agricultura no período de 2001 a 2004 em Currealinho. Ou seja; ao mesmo tempo em que havia uma empatia de lideranças locais no acesso a sua entidade e aceite dos métodos aplicados, havia a necessidade de um distanciamento de um agente de desenvolvimento para um pesquisador, o que muitas das vezes se confundiam. Entretanto, o pesquisador sentiu a necessidade de ficar atento para que as relações de amizade surgidas no trabalho anterior e no atual, não comprometessem a objetividade da pesquisa.

Com a elevação do número de entidades filiadas a Central, o tempo destinado ao levantamento de dados ficou comprometido, o que necessitou de um redimensionamento. Pensava-se no início, em um prazo de quatro meses para realização da coleta de dados em campo, tendo sido necessário estenderem esse prazo para seis meses. O que foi potencializado pelo pesquisador, fora alguns encontros e assembléias, no qual se aproveitava para coletar algumas considerações relevantes na construção da Central. O conhecimento prévio do cenário do caso permitiu ao pesquisador uma adaptabilidade maior na superação das barreiras e nos redimensionamentos e mudanças de estratégia para coleta de campo.

4 A ORIGEM DO ASSOCIATIVISMO EM CURRALINHO.

4.1 ASSOCIATIVISMO EM CURRALINHO.

A primeira associação agroextrativista organizada em Curralinho foi na comunidade de Bom Jesus, em 1975, fundada pelo padre João, padre este que chegou à comunidade para fazer um trabalho de evangelização. Inicialmente as reuniões ocorriam na casa do Senhor Miguel Miranda, precisamente no sítio Bom Jesus. Por esse motivo a comunidade passou a se chamar Bom Jesus do Aramaquirí. A partir do trabalho de evangelização os moradores começaram a se organizar em grupos de trabalho e mutirões com o objetivo de aumentar a produção agrícola, que tinha como base os roçados tradicionais (mandioca, milho e feijão) e os açazais, como principais produtos de referência econômica no município à época. Com o crescimento da produção surgiu a primeira cooperativa, sempre orientada pelo padre João e com apoio financeiro da igreja católica, que com o seu barco levava produtores e produtos para comercializarem em Belém. Isso perdurou três anos, período em que o padre morava na sede do município. Com a transferência do padre para outra comunidade e conseqüentemente a falta de orientação para levar às atividades a diante, houve um desestímulo geral, com isso a cooperativa foi dissolvida em 1988. Mais uma vez a comunidade sentiu a necessidade de se organizar; então, ainda neste mesmo ano é criada, a Associação Agrícola dos Produtores do Aramaquirí – AAPA. Esta teve apoio e assistência dos órgãos municipais (Secretaria Municipal de Agricultura), estaduais (EMATER - Pa, Escritório Local de Curralinho) e federais (Universidade Federal do Pará –UFPA, através do Programa Pobreza e Meio Ambiente da Amazônia – POEMA). Em 1996, a AAPA conquistou os primeiros financiamentos, através do crédito FNO Especial (BASA). Com o financiamento foram implantados quatro (04) projetos que consorciavam arroz, milho, banana, cupuaçu, açaí e coco. Em 1997, através da AAPA, foram implantados vinte e quatro (24) Projetos de Desenvolvimento ao Extrativismo (PRODEX), via linha de crédito PROAEX. Os projetos eram de manejo de açazais, enriquecimento de capoeira e apicultura. [...] Em 2000, a AAPA aprovou um Projeto demonstrativo tipo - A (PD/A), via Ministério do Meio Ambiente. A AAPA foi proponente e executora e fora instalada uma agroindústria com duas linhas de produções (castanha do Pará e castanha de caju).

“essas conquistas da associação incentivaram, outras entidades surgirem no município, pois perceberam que os projetos de melhoria para comunidade, necessitavam de um processo de organização de base, a partir de uma legalização de uma pessoa jurídica que o representasse dentro ou fora do município”.(G.M)



Foto 1 - Registro de assembléia para fundação da associação agroextrativista de Currálinho – AAPA
Fonte: Beto/técnico Emater-Pa



Fotografia 2: Registro de mutirões feito pelos 1º associados
Fonte: Beto/técnico Emater-Pa.

As associações e cooperativas de Currálinho surgem a partir de duas correntes: A primeira marcada pela ação do Movimento de Educação de Base – MEB² (?), no qual a igreja católica defendia o fortalecimento das comunidades através de sua organização em associações para acessar esferas públicas nas contemplações de demandas ligadas a educação, saúde, meio ambiente e agricultura, entre outros. No Marajó, o Bispo Dom Ângelo Bagnasco orientava os seus párocos ligados a sua diocese a difundir o movimento. Em Currálinho a primeira iniciativa começou com o padre João, no Rio Aramaquirí, possibilitando a criação de outras entidades.

A segunda corrente foi objetivada pela obtenção de recursos, dentre os quais destacamos o Fundo Constitucional do Norte Especial – FNO, através dos quais se pretendia a melhoria da produtividade dos agroextrativistas e produtores rurais, ligadas ao Banco da Amazônia – BASA, órgão de fomento responsável pelos projetos de desenvolvimento econômico e social da região. O FNO Especial passou por várias modificações e hoje em dia é o PRONAF – Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

² Movimento de Educação de Base – MEB – Criado no Brasil pela igreja católica em 1961, com apoio do governo federal, propunha-se a desenvolver programas de alfabetização e educação de base, tais como mobilizava a sociedade para se organizarem, através de organizações ligadas a igreja.

4.2 DAS ASSOCIAÇÕES À CRIAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA CENTRAL

A idéia de criação da Central de Associações surgiu no ano de 2004 a partir de um movimento católico denominado Santas Missões Populares³, que envolvia as comunidades do Rio Canaticú. Naquele momento, a coordenação sugeria que fosse criado um grupo inter comunitário que envolvesse as entidades locais para discutirem problemas sociais, ambientais, econômicos e outros que ora surgissem. O movimento perdeu a força por acirramento político partidário. Em 2007, a idéia renasce com uma proposta inovadora defendendo a criação de uma personalidade jurídica que lutasse de forma igualitária pelos direitos das populações ligadas a diversas entidades do município, atuando também na visão coletiva da comercialização da matéria-prima (reduzindo a ação do atravessador) e da gestão dos recursos naturais. Neste momento apresenta-se como líder do movimento um vereador, filho do Rio Canaticú, que defende a união política para resolução dos diversos problemas ligados a produção extrativista apresentados pela sociedade local, problemas estes ratificados e apontados nos questionários aplicados na atual pesquisa. (ver gráfico 1).

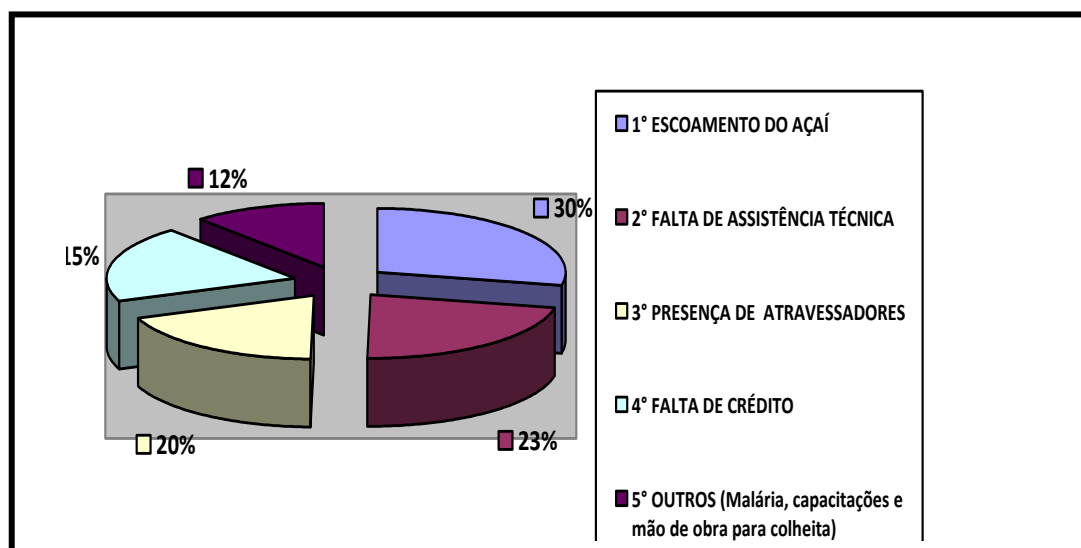


Gráfico 1: Identificação de Problemas pelos associados
Fonte: Pesquisa de campo (2010)

Pode-se afirmar que a criação da Central de Associações tem três fatores fundamentais. O primeiro fator, bastante forte, diz respeito à atividade de coleta de açaí. Os produtores de açaí tinham clareza da existência de dois problemas que precisavam ser

³ Santas Missões Populares – Coordenado pela Conferência Nacional dos Bispos no Brasil-CNBB, tem o objetivo de despertar aos cristãos a sua vocação missionária e o enfrentamento de problemas encontrados no seio da sociedade, através de organizações comunitárias, teve sua origem em 2004.

superados. Primeiro a forte influência histórica de atravessadores na atividade comercial do açaí. Segundo, a incapacidade de consolidar um mercado coeso que lhes dessem segurança, tanto no preço quanto na regularidade de coleta. De fato, esses problemas já foram recorrentemente identificados nas literaturas sobre a comercialização de produtos extrativistas nas áreas rurais do estado do Pará.

Muitas vezes, os agroextrativistas têm uma capacidade limitada para comercializar os seus produtos diretamente. Sua função de comercialização depende, diretamente, da eficiência da cooperativa à qual está associado ou da sua relação com os agentes da intermediação comercial (Silva et al., 1995)

Os trechos de entrevistas a seguir apresentados corroboram com os dados quantitativos apresentados:

“Conseguindo vender o açaí da comunidade com um preço melhor do que é pago pelos atravessadores” (R.S. associação dos P. E. da ilha de S. Catarina)

“Facilitar o escoamento do produto a custo melhor do que atravessar.” (S.R. Associação dos M. Jerusalém)

O segundo fator diz respeito à existência de fortes lideranças que incentivam a formação de organizações com respeito mútuo e confiança de que os processos se concretizem. Essas lideranças são resultantes de várias experiências associativas existentes no município, experiências essas positivas e negativas ao mesmo tempo. Segundo Silva e Holz (2008) a presença de lideranças fortes e influentes torna-se o diferencial de organização de cunho associativistas.

E como terceiro fator, resultante das experiências associativas, diz respeito à ação integrada de instituições governamentais e não-governamentais em conquistas sociais, econômicas e ambientais obtidas pelo grupo que compõe a central. Tais conquistas provocaram uma elevação no número de associações filiadas à central, que iniciou com nove e hoje (outubro de 2010) possui vinte e quatro entidades filiadas.

Como mostrado no primeiro capítulo, o associativismo e cooperativismo se apresentam como alternativas de organização social dentro do pressuposto da Economia Solidária. De acordo com Singer (2002) e Veiga e Fonseca (1999) os pressupostos de união e ajuda mútua no cooperativismo estão voltados à melhoria socioeconômica de trabalhadores (as) através da criação de cooperativas. No caso estudado, o cooperativismo tem como motivação coletiva a garantia real compensatória da venda do açaí.

A motivação coletiva coloca-se naturalmente como um atrativo para que as entidades se solidifiquem em um sistema processual de motivações mais horizontais.

Assim, alguns aspectos foram observados em relação à internalização do trabalho coletivo no cotidiano das entidades, ratificando o que foi mencionado anteriormente, das vinte e quatro (24) entrevistas aplicadas qualitativamente com os presidentes das entidades envolvidas com a proposta, 100% mencionam o ganho econômico como vantagem, (mesmo aqueles que ainda nem estão entregando o fruto através de sua entidade). Os entrevistados destacaram particularmente o escoamento da matéria-prima através da embarcação da Central, levando diretamente o açaí, às empresas localizadas nos municípios de Igarapé-Miri e Abaetetuba, como a principal motivação para participar da Central Cooperativa.

[...] facilitar o escoamento do produto a custo melhor do que atravessar. (S. R.F - Associação de Moradores Agroextrativistas de Jerusalém).

[...] a Central vende o meu açaí com um preço melhor, eu consigo mais açaí para ela e ganho mais. (A.N - Associação de Produtores Agroextrativista do Pagão).

[...] conseguindo vender o açaí da comunidade com um preço melhor do que é pago pelos atravessadores (R. S – As. P. R. Extrat. e Pescad. Da ilha de Santa Catarina).

Do total de 24 presidentes de associações entrevistados 18 apontaram a interferência de atravessadores no processo de comercialização como fator preponderante para participação na Central, junto com a facilidade no escoamento. Curiosamente na pesquisa verificou-se que 73% dos associados estão inadimplentes em suas entidades, enquanto que na Central 85% estão adimplentes com as suas contribuições, embora a Central ainda não esteja formalmente (legalmente) constituída e nem possua regimento. As contribuições são referenciadas e decididas por atividade pré-estabelecidas no colegiado. Pode-se inferir, então que a elevada participação dos produtores agroextrativistas está diretamente vinculada a possibilidade de auferir resultados econômicos com a venda organizada de açaí, o que não tem sido alcançado pelas associações de forma isolada.

Outro fator identificado na pesquisa refere-se a legalização da entidade (CEAM). Por exemplo, não existe uma vontade ou pressa para que a Central se legalize rapidamente, uma vez que os processos estão saindo naturalmente. A prioridade dos participantes da Central é a demanda selecionada pelo grupo, o que não depende necessariamente que a Central esteja totalmente legalizada. Tanto é, que algumas demandas estão sendo contempladas via associação do Rio Pagão, denominada Associação de Produtores e Pescadores Agroextrativista do Rio Pagão - APAPE. Novamente identifica-se que as associações percebem que se atuarem de forma isolada não tem como enfrentar problemas mais estruturais dentro do município. Assim, contam com ações coletivas para que suas demandas se

consolidem. A Central assume um perfil de Fórum, sem necessariamente se constituir como pessoa jurídica.

[...] porque só ninguém consegue fazer nada, se não for através de força e união e parceria, se contrário não se chega a lugar nenhum. (E.S.T – ASPANIL)

[...] melhor produtividade, maior ganho da gestão, em renda, maior organização e acesso a tecnologia, despertar o espírito empreendedor nas pessoas. Elevar o nível de conhecimento das pessoas, autonomia, aumento na qualidade de vida nas pessoas. Vender a produção industrializada. (C.B. presidente)

Existe bem claro uma divisão de responsabilidades entre os membros da Central, com planejamento de ações discutidas e aprovadas em reuniões e assembléias. Definiu-se o papel do presidente da Central, embora este não exista de direito, somente de fato. O cargo ou futuro cargo de presidente é um apontamento legítimo, haja vista que fora decidido em assembléia. Percebe-se, assim, que há clareza no propósito e anseios dos membros da Central quanto ao papel a ser exercido pela entidade.

Ainda que a organização da Central esteja vinculada a venda do açaí, verificou-se que as lideranças que estão à frente da proposta, pretendem obter outras conquistas econômicas e sociais identificadas em demandas levantadas dentro das associações. A expansão do seio de ação da Central deve favorecer uma compreensão em relação às conquistas, pois as associações e seus membros se sentem co-responsáveis pelas decisões. Como mostrado por Coelho (2000) no capítulo 2 desta dissertação um dos princípios básicos de uma associação é concretizar interesses comuns capazes de promover o desenvolvimento, o que significa em uma proposição mais ampla a realização de potencialidades econômicas, sociais e culturais.



Fotografia 3: Registro de reuniões da Central
Fonte: Sandro Abreu, 2010



Fotografia 4: Registro de assembléias na Central
Fonte: Sandro Abreu, 2010

Grande parte dos anseios destacados no início da criação da Central, são apontados espontaneamente, no tratamento dos questionários, como mostra o gráfico 2.

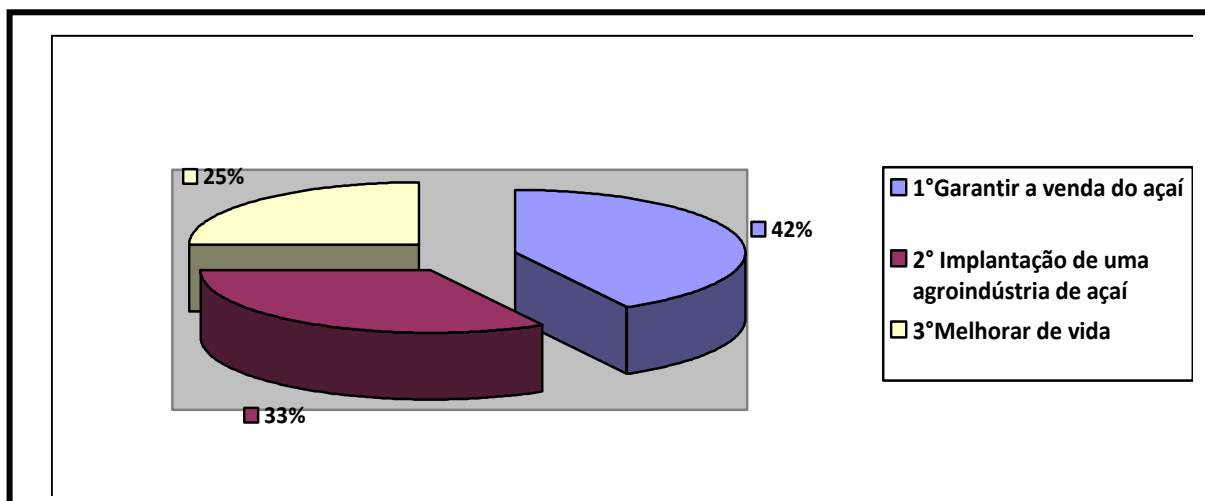


Gráfico 2: Expectativas dos Associados quanto a Central
 Fonte: Pesquisa de campo (junho de 2010)

4.3 Da idéia à Ação: conquistas e parcerias da CEAM

A estratégia adotada pela coordenação da Central é reunir pelo menos uma vez por mês, geralmente no primeiro sábado de cada mês, com a comissão representada por dois integrantes de cada entidade, onde estes ficam incumbidos de levantar as demandas na base e replicar os assuntos abordados para os demais sócios envolvidos na Central. Caso seja necessário fazer uma reunião ampliada, os representantes de cada entidade mobilizam para o evento.

De acordo com os documentos analisados, umas das primeiras ações apontadas nas reuniões mensais realizadas em 2007, foi a organização coletiva da comercialização do fruto açaí e a reativação das agroindústrias (unidade de beneficiamento de palmito ligada a Cooped-Currallinho, unidade de doces e compotas, ligadas a Cooped e Bela Pátria, e a unidade de polpas ligada a extinta AAPA – Associação dos Produtores do Aramaquirí). Todas três se encontram paralisadas e/ou comprometidas dentro do município de Currallinho, sendo que a unidade de polpa tem sido revitalizada para atender as exigências legais para o enquadramento ao Programa de Aquisição de Alimentos – PAA da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB⁴. Nos encontros no qual o pesquisador estava presente, se destacaram alguns entraves de cada agroindústria e da operação de venda do fruto açaí (desvalorização do fruto por parte do atravessador, dificuldade para o escoamento da

⁴ O Programa de Aquisição de Alimentos - PAA tem por objetivo incentivar a agricultura familiar, compreendendo ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar e à formação de estoques estratégicos, sendo constituído por instrumentos que permitem a estruturação e o desenvolvimento da agricultura familiar.

produção, carência em capacitações para os atores envolvidos na cadeia, infra-estrutura insuficiente, falta de capital de giro, logística, ausência de custeio da produção, legalizações das unidades, assistência técnica insuficiente para atender a demanda dos agroextrativistas envolvidos, ampliação das áreas de manejo de açazais, baixa representatividade política local para solicitarem ações mais efetivas nos assuntos acima destacados, dentre outras) e elencaram os possíveis parceiros para as soluções desses problemas, dos quais se destacam: o SEBRAE, a EMATER, o MMA, SAGRI e a CONAB.



Fotografia 5: Apontamento dos problemas na assembleia de criação da Central em relação ao açai.
Fonte: Carlos Baratinha.

APONTAMENTOS NA ASSEMBLÉIA DE CRIAÇÃO DA CENTRAL SOBRE O AÇAÍ:

- ✚ Comercialização conjunta;
- ✚ Escoamento;
- ✚ Agroindustrialização;
- ✚ Fortalecimento e ampliação de áreas manejadas;
- ✚ Capacitações e assistência técnica;
- ✚ Contratos de venda;

A partir deste momento quando foram destacados problemas e possíveis soluções, foram priorizados responsabilidades de contatos, internos e externos. Uma das estratégias adotadas pela coordenação ou direção da Central, foi se fazer presente em espaços sócio-políticos, tais como, reuniões do Conselho de Desenvolvimento Municipal de Sustentabilidade Rural - CDMSR e reuniões e plenárias do Território da Cidadania do Marajó. Estas ações estratégicas serviram para divulgação da Central, bem como barganhar iniciativas que contemplassem a superação das demandas ora levantadas pelas entidades filiadas a Central.

Concomitantemente a essas ações os resultados foram sendo conquistados dentro de uma lógica de articulação cronológica, ou seja; aquelas demandas encaminhadas dentro do município, foram as que deram os primeiros resultados positivos, pela proximidade de ação, o que permitia uma interlocução maior. Dentro desses resultados podemos destacar: contato realizado em agosto de 2007 junto a EMATER - Pa de Curalinho, por uma comissão formada por 10 representantes de entidades no qual solicitaram apoio ao chefe local da EMATER, para fomentar a produção do fruto açai e de áreas de roçados. Hoje (outubro, 2010), a EMATER se destaca mesmo com as suas limitações operacionais, como um dos principais parceiros, na parte de logística e na elaboração de projetos. Em 2009, já foram contemplados 500 PRONAFs.- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.



Fotografia 6: assessoramento da Emater em reuniões
Fonte: Sandro Abreu, 2009.

Através das participações de reuniões do Território da Cidadania em Ponta de Pedras e Curralinho, a representação da Central, demonstrou as atividades de manejo de açazais e os avanços obtidos, tais como redução da ação clandestina de palmeiras no município, inovação (local) na condução operacional na coleta do açaí nos parâmetros orgânicos e aumento significativo no volume de fruto para comercialização conjunta. Com isto a coordenação do Território da Cidadania selecionou a Central a participar do II Salão Nacional dos Territórios Rurais, em Brasília, entre os dias 22 a 25 de março de 2010, apresentando a boa prática “Açaí Marajoara e Sua Influência Sócio - Econômica nas Comunidades Ribeirinhas”, dentro da temática “Dinamização Econômica”. Neste mesmo encontro houve uma articulação, junto ao Ministério do Meio Ambiente. Fora realizado um convite formal ao Ministério para ir até Curralinho conhecer a experiência, o que se consolidou com a presença de um membro do M.M.A em Curralinho , em 08 de abril de 2010.



Fotografia 7 - Representante do MDA/Brasília em reunião na Central
Fonte: Sandro Abreu

Em 2008 o vereador M. B aciona o Instituto Vitória Régia, no sentido de elaborar um projeto via Secretaria Estadual de Agricultura – SAGRI, atendido por uma emenda parlamentar de um deputado federal, que contemplava uma embarcação para escoamento do fruto açaí;

Em relação à regularização fundiária o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA vêm através de uma articulação e demanda construída dentro do Território da Cidadania do Marajó dando suporte ao assentamento ligado a Resex de Pracuúba-Terra Grande, onde estão instaladas algumas famílias ligadas a Central.

Em julho de 2009, surge a primeira consolidação em relação a um dos propósitos da criação da Central, sob a revitalização das unidades de beneficiamento instaladas no município, mas especificamente a de polpa ligada a Cooped.



Fotografia 8 - parceria construída com a Cooped, na sessão dos equipamentos
Fonte: Sandro Abreu

As reuniões mensais quando realizadas na sede do município são realizadas no auditório Professora Silvia Matos - COOPED e na sede do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Currealinho - STTR: Concessão de espaço físico e articulação de projetos do INCRA.



Fotografia 9 - Reunião sobre o assentamento - STR

Fonte: Sandro, 2007



Fotografia 10: Reunião sobre o assentamento – COOPED

Fonte: Sandro, 2010.

Em março de 2009 a Escola E.M.E.F e Médio Maçaranduba, foi contemplada através do programa Estadual Navega Pará⁵ (5) com um Infocentro, articulação esta, realizada pela comissão da Central junto a um representante parlamentar do Estado; este espaço serve de apoio para o corpo docente e discente, beneficiando com isto, vários filhos de agroextrativistas ligados a Central, inclusive alguns dados para este estudo já foi repassado pelo presidente através do sistema de internet da escola.



Fotografia 11 - Infocentro conquistado pela articulação da Central
Fonte: Sandro Abreu, 2010.

Em relação ao SEBRAE, dentro do processo de fortalecimento associativista, existe desde dezembro 2009, articulação para qualificação dos membros das associações. Esta articulação foi realizada diretamente pelos associados, no qual esperam se qualificarem em gestão da produção. Com isto, o SEBRAE, internalizou e vem dando suporte de capacitação modular nas atividades produtivas, através de módulos voltados a gestão associativista e organização social.

Em fevereiro de 2009, no Fórum Social Mundial, o representante da Cooped e o presidente da Central obtiveram um contato com o gerente de comercialização da BERACA S/A⁶ (6), que estava realizando uma palestra no auditório Willi Hoss, no espaço do Programa Pobreza e Meio Ambiente da Amazônia – POEMA/UFGA, onde articularam uma visita formal da empresa em Curalinho para que pudessem identificar possíveis possibilidades de

⁵ O NAVEGAPARÁ é um programa criado pelo governo do estado do Pará que vai levar internet de alta velocidade a dois milhões de pessoas só no interior, além de ações de telemedicina, teleeducação e telenegócios.

⁶ A Beraca é uma empresa brasileira com 7 unidades. Atuante em todo o território nacional e com distribuição em mais de 40 países ao redor do mundo, a empresa é especializada no desenvolvimento de tecnologias, soluções e matérias-primas de alta performance para os mercados de tratamento de águas, cosméticos, nutrição animal e para a indústria de alimentos e bebidas.

negócios. Em 2010, foi consolidado um primeiro teste com a farinha de buriti, de forma experimental no período fevereiro à junho de 2010. A expectativa de membros da Central é que em 2011, seja construído um contrato de fornecimento de um volume maior deste produto com a empresa.



Fotografia 12: Experiência com produção de farinha o de buriti junto à empresa BERACA SABARÁ Ltda
Fonte: Sandro Abreu



Fotografia 13: Diretoria da Central monitorando experimento.
Fonte: Sandro Abreu

Quando a Central foi ativada em 04 de julho de 2007, tinha como proposta revitalizar as unidades e destinar partes destes produtos à merenda escolar e/ou a mercados justos. A oportunidade surge com uma visita realizada em Belém na sede da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, onde uma equipe técnica orientou como a Central poderia encaminhar uma proposta com o perfil do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA. Em março de 2010 o projeto é aprovado e continua até hoje (outubro, 2010) vigente o convênio. Hoje o processo, não absorve, nem 30% do potencial total produzido pelos membros da Central. Isto significa que há necessidade de se buscar mercados que absorvam esta produção de frutos, sendo necessário, assim, contactar com empresas beneficiadoras de frutos em outros municípios.

4.4 GERAÇÃO DE RENDA ATRAVÉS DE UMA PLATAFORMA DE SUSTENTABILIDADE SÓCIO-AMBIENTAL: UM INDICATIVO REAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA?

Sob a perspectiva de geração de renda através de uma plataforma de sustentabilidade sócio-ambiental a pesquisa identificou algumas potencialidades econômicas com a implantação da Central. A primeira potencialidade diz respeito à projeção de renda dentro e fora da propriedade. Especificamente esta potencialidade pode ser com o aumento da renda em açaí. A segunda potencialidade se refere ao mercado que pode ser alcançado, seja em nível local, regional e/ou estadual, da produção de açaí. As tabelas 1 e 2 demonstram a projeção de renda, preço, rentabilidade, qualidade e periodicidade programada pela Central em um de seus projetos para o segmento produtivo do fruto. Tal projeção busca padronizar o preço do açaí, assim como diminuir a “dependência” em relação ao atravessador. O grupo vem discutindo potenciais mercado para o açaí (ver quadro 1), planejando já para a safra do final de 2010 e 2011, elevar a cota média por família de 50 rasas mensais para no mínimo 150 rasas/mês. Em paralelo, a Central discute a diversificação da produção oriundos das comunidades de forma manejada, tais como: copaíba, andiroba e buriti, este último já adiantado para um processo comercial em 2011, o que demonstra uma preocupação com a gestão dos recursos naturais. Em 2010, a Central conseguiu comercializar a farinha de buriti, através da parceria com a Cooped Currálinho e a Beraca Sabará Ltda, esta última iniciada em 2009 como mostrado na seção anterior.

[...] conseguindo vender o açaí da comunidade com um preço melhor do que é pago pelos atravessadores. (R.S - Associação dos Produtores Rurais Extrativistas e Pescadores da Ilha de Santa Catarina

Dentro da estrutura de mercado projetado, verifica-se um compromisso menor em relação à economia solidária em mercados distantes. Entretanto, verifica-se uma aproximação da economia solidária em mercados próximos, tais como a merenda escolar e o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, tornando o associativismo, via Central, como propulsor local para o solidarismo econômico em nível local. Assim, neste contexto, a discussão da Central como alternativa de desenvolvimento local e sustentabilidade social se apresenta viável ao desenvolvimento

comunitário. O associativismo se constitui, portanto, em força estratégica capaz de melhorar as condições locais de vida das pessoas das comunidades, sob todas as suas dimensões.

Quadro 2: Renda Familiar Mensal

ENTIDADES	RENDA FAMILIAR MENSAL (R\$)							
	Até R\$ 200	R\$ 201 à R\$300	R\$301 à R\$400	R\$401 à R\$500	R\$ 501 à R\$ 600	R\$ 601 à R\$ 700	R\$ 701 à R\$ 800	Mais de R\$ 800
Associações e cooperativas	Nesta faixa foram as que têm menos tempo de filiação com a central	Menos tempo de filiação com a Central	Menos tempo de filiação com a Central	Mais tempo de filiação com a central	Mais tempo de filiação com a central	Mais tempo de filiação com a central	Mais tempo de filiação com a central	Nesta faixa foram as que tem mais tempo de filiação com a central
TOTAL	22%	12%	14%	4%	4%	4%	9%	31%

Fonte: Pesquisa de campo (junho 2010)

Vale ressaltar que esta renda se refere apenas a entrega do açaí, sem a projeção feita para a demanda da Conab e a nova elevação de volume estipulada pela Central. Aqui não se considera outras rendas, tais como bolsa família, aposentadoria, seguro desemprego e/defeso e serviços de terceiros. E a safra do açaí está projetada para cinco meses, ou seja, estas porcentagens foram distribuídas para 12 meses. Mostrando com isto que se o universo fora estipulado, somente para safra, estes valores mais do que duplicariam.

Quadro 3: Projeção de venda de açaí.

Comprador	Volume (rasas)	Periodicidade	Mercado	Preço Unit.	Projeção (mensal)	Projeção (anual)
AÇAÍ						
Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB (Venda do fruto na Unidade de Beneficiamento)	8.800	Mensal (durante os 5 meses de safra)	local	R\$ 15,00	R\$ 132.000,00	R\$ 660.000,00
Merenda Escolar	2.000	Mensal (durante os 5 meses de safra)	local	R\$ 10,00 (médio)	R\$ 20.000,00	R\$ 100.000,00
Empresa A	15.000	Mensal (durante os 5 meses de safra)	Abaetetuba	R\$ 10,00 (médio)	R\$ 150.000,00	R\$ 750.000,00
Empresa B	15.000	Mensal (durante os 5 meses de safra)	Igarapé-Miri	R\$ 10,00 (médio)	R\$ 150.000,00	R\$ 750.000,00
PROJEÇÃO TOTAL ANUAL						R\$ 2.260.000,00

Fonte: Pesquisa de campo (junho 2010)

Por outro lado, essa projeção esta ligada diretamente a consolidação da entrega de fruto que as associadas planejam realizar. Todavia este exercício depende da confiança adquirida a partir dos anos e do amadurecimento coletivo internalizado em cada agroextrativista (ver gráfico 3). Muitos desses atores vêm de uma ligação histórica com marreteiros e/ou atravessadores, o rompimento desta relação é gradual e processual,

necessitando a maximização em reuniões e encontros para que eles mesmos se comuniquem e testemunhem os avanços econômicos na vida de cada um. Essa constatação nos posiciona frente à estratégia participativa como base teórica de redefinição da identidade coletiva no meio extrativista, onde a Central está inserida.

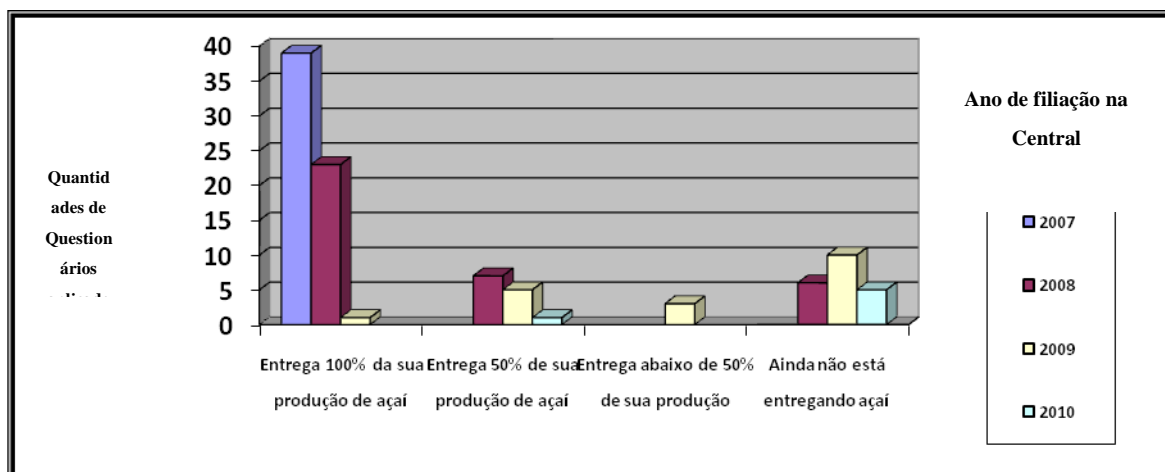


Gráfico 3: Composição da entrega do fruto açaí
Fonte: Pesquisa de campo (junho 2010)

O gráfico 3 pretende demonstrar a composição da entrega do fruto do açaí de acordo com o tempo de filiação na Central, foi confeccionado a partir das informações filtradas nos questionários, aplicados aleatoriamente aos agroextrativistas ligados a Central. A somatória dos questionários são 100, sendo que apareceram 39 questionários onde os agroextrativistas tinham sido filiados no ano de 2007, ou seja, no ano do surgimento da Central, sendo que estes entregam hoje (outubro de 2010) 100% de sua produção. Posteriormente apareceram 36 questionários que apontavam que as suas filiações foram feitas em 2008, sendo que desses 36 associados, 23 entregam 100% de sua produção de açaí (atualmente 2010), 7 entregam 50% e 6 ainda não estão entregando o fruto, ora pela dificuldade de escoamento, por estarem em comunidades mais distantes, ora por estarem ligados a Central apenas pelos projetos sociais. E ainda pela ligação forte com antigos atravessadores. Ainda dentro dessas informações, aparecem os 19 filiados em 2009, neste caso este ano foi marcado pelo cadastramento no projeto Pará - Rural, que fora feito no final do ano. Verifica-se um comprometimento maior com os volumes a partir do aumento na confiança, pautada pelo preço. É necessário mostrar que o atravessador paga à vista (sendo o fruto bastante desvalorizado) ou em troca de mercadoria (neste caso com preços altos). No caso da Central, paga-se no retorno do rendimento na porta da fábrica, em dinheiro, com um preço mais valorizado que o

atravessador. Este tempo, mesmo que rápido, pelo fluxo de entrega, requer paciência para que os atores locais se adaptem ao processo ora antes desconhecido pelos mesmos.

✓ **O açaí e os mercados local e externo**

A produção paraense de frutos e palmito de açazeiro representa cerca de 93% e 82%, respectivamente, do total produzido no Brasil. Somente o Estado do Pará produz anualmente mais de 100 mil toneladas de frutos e cerca de 20 mil toneladas de palmito (IBGE, 2007). Pelo lado social, os frutos provenientes dos açazeiros são de fundamental importância para a subsistência das populações ribeirinhas, pelo alimento que proporcionam e pela comercialização do excedente familiar (NASCIMENTO, 1993).

O açaí, como uma cultura tradicional da região norte, faz parte da dieta alimentar diária das famílias, sendo consumido em forma de suco e mingau, juntamente com o peixe e a farinha de mandioca. Portanto, o aumento da produção de açaí não só amplia a renda, mas também contribui para a segurança alimentar, tendo em vista que nas famílias pesquisadas, 25% da produção é destinada ao consumo familiar e 75% , em média, para geração de renda.

A proposta delineada pela Central é de manejar de forma sustentável uma área modular de 2 ha de açazal nativo com produtividade média de 184 rasas/ha/mês (2.760 kg/ha/ao mês) e comercializar o produto sob duas vertentes, sendo a primeira no âmbito local. Esta deve ser pautada na revitalização da unidade de beneficiamento de açaí da Cooped - Currálinho, entidade parceira da Central, que já possui uma demanda local.

A demanda local caracteriza-se pela reserva de uma cota para a CONAB, reserva esta que deve cobrir um volume de 2200 rasas por semana a um preço fixo de 15 reais cada rasa, em um período de 5 meses. (ver quadro 1). Todavia essa demanda é fixa e não absorve toda a produção oriunda das áreas de manejo e das áreas não manejadas das propriedades. Isso significa que a Central deve buscar outros mercados para escoamento da produção, o que foge da concepção da economia solidária.

Como fragilidade no âmbito local, identificou-se a concorrência de outros extrativistas que não estão vinculados à Central. Entretanto, a opção ao mercado local significa o atendimento de um mercado que estava descoberto pelas comunidades, ainda que ofereça condições favoráveis, bons preços e regularidade na cota local.

Assim sendo, os líderes da Central defendem esse mercado potencial, que pode resultar em aumento da produção e organização na gestão coletiva, resultando em melhor produtividade e competitividade da Central.

O quadro que segue demonstra, no mercado local, a carteira de clientes dos produtores, antes da proposta da central e depois com ações participativas.

Quadro 4: Mercado e carteiras de clientes dos produtores de açaí sob a perspectiva da economia solidária

ANTES	DEPOIS
<p>MERCADO INFORMAL (FEIRAS E VITAMINOSAS)</p>	<div data-bbox="895 573 1401 786" style="border: 1px solid black; padding: 5px; text-align: center;"> <p>UNIDADE DE BENEFICIAMENTO DE FRUTO DE AÇAÍ MERENDA ESCOLAR CONAB</p> </div> <p data-bbox="831 792 1469 831">(Consolidação e conquista de novos mercados)</p>
<p>ATRAVESSADORES DE EMPRESAS DE BELÉM E MACAPÁ (DIRETO NO PORTO DA RESIDÊNCIA)</p>	

Fonte: Pesquisa de campo (julho 2010)

A segunda vertente da proposta delineada para Central se refere ao mercado extra município, particularmente o atendimento às empresas.

A Cooped, em parceria com a Central, vinha utilizando uma embarcação de 30 toneladas para escoamento do fruto açaí, com entregas semanais de 2.000 rasas. Com as novas projeções, busca-se elevar esta cota e aumentar de uma para duas viagens até as empresas, aumentando de 50 rasas mensais para 150 rasas por família de forma, escalonada até atingir 250 à 300 rasas por família. A expectativa é a comercialização do açaí diretamente com as unidades processadoras dos municípios de Igarapé - Miri e Abaetetuba. No futuro a central pretende também comercializar sua produção com empresas que preconizam a certificação.

Por último, como proposta ainda em amadurecimento, a Central estuda a possibilidade de adquirir a unidade de beneficiamento da Cooped e transformá-la na referência de beneficiamento do fruto do açaí na região, utilizando equipamentos para processamento em larga escala e armazenamento da polpa para exportação, inclusive com a possibilidade de comercializar a polpa pasteurizada diretamente para o mercado internacional. Para tanto, uma nova proposta vem sendo formatada e estruturada, o que deverá ser avaliado a partir do ano de 2011. Da Central esperam que em 2011 a produção e a organização nela já estejam consolidadas, propiciando condições para avaliar os meios e os termos da exportação de parte da produção.

Quadro 5: Mercado Presente e Futuro sob a perspectiva da economia tradicional

ANTES	DEPOIS
<p>ESCOAMENTO PARA UMA ÚNICA EMPRESA DE IG. MIRI (01 ENTREGA SEMANAL E/OU QUINZENAL DE 2.000 RASAS DE AÇAÍ)</p>	<p>ENTREGA PARA DUAS EMPRESAS BÊNEFICIADORAS DE FRUTO DE AÇAÍ COM VOLUMES MAIORES E PREÇOS MAIS COMPENSADORES</p>

Fonte: Pesquisa de campo (julho 2010)

Sobre às expectativas apontadas pelos associados através dos possíveis benefícios da Central, foram apontados quatro tipos de vantagens: econômica, ambiental, social e política.

As vantagens econômicas em relação à valorização do fruto do açaí foram apontadas por 60% dos questionários aplicados aos associados, demonstrando que a análise comparativa do valor entre o que é pago pela Central e o que é pago por outros intermediários é levado em consideração. Por outro lado, existe um avanço relacionado ao assédio do atravessador e à capacidade de organização dos associados. Ou seja, quanto mais organizado, menor a influência dos intermediários ao processo. Da mesma forma o custo com o frete é apontado como vantagem, pois a embarcação da Central minimiza este custo.

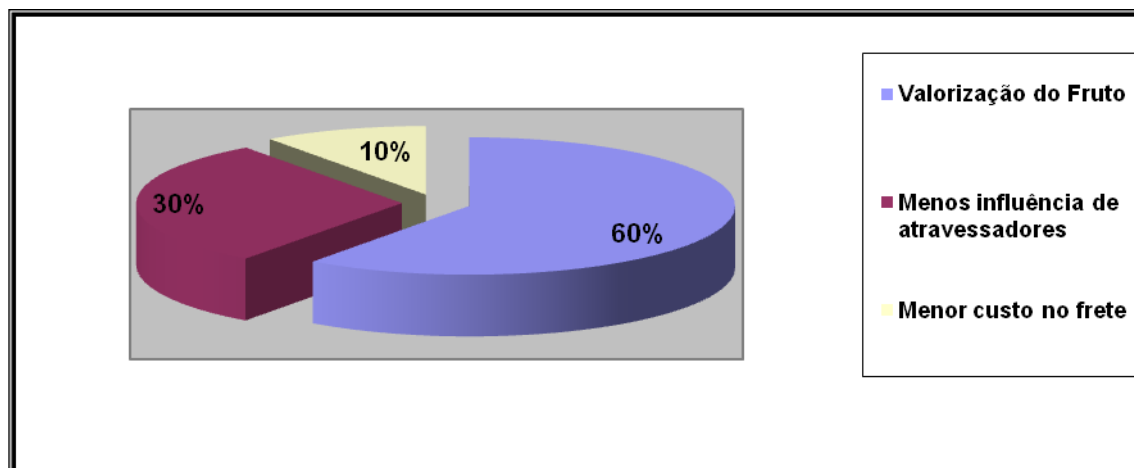


Gráfico 4 - Vantagens econômicas
Fonte: Pesquisa de campo (julho de 2010)

Quanto à contribuição prática de manejo agroextrativista do açaí, as vantagens apontadas pelos associados, estão vinculadas a replicação da produção manejada do açaí. Esta “conscientização” em relação a este manejo vem sendo defendida a partir da prática em dois hectares de açazais referenciais, para que os mesmos sirvam didaticamente para replicação em sua propriedade. 28% dos questionários aplicados aos associados apontam como

vantagem a preservação ambiental, como um todo, na verdade muito mais voltada ao combate do desmatamento. Apontam, assim o papel da Central relacionado às questões ambientais.

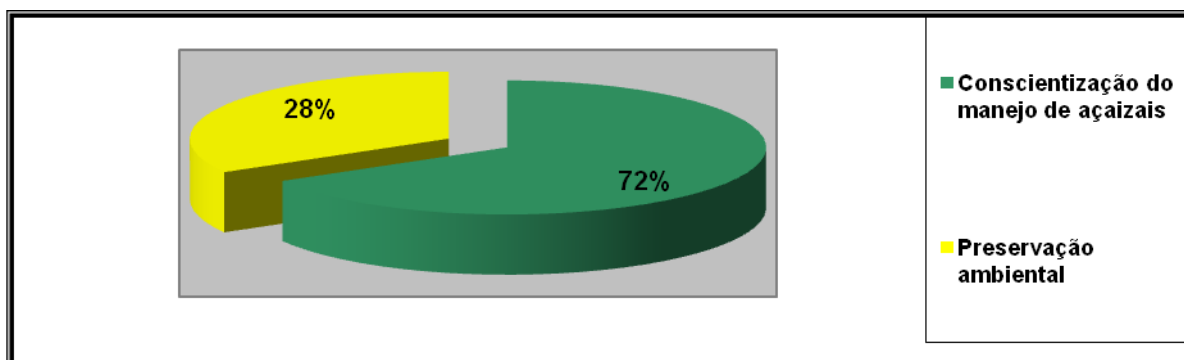


Gráfico 5: Vantagens ambientais
Fonte: Pesquisa de campo (julho de 2010)

Do ponto de vista social, dois aspectos foram mencionados, o primeiro com uma percentagem de 65%, diz respeito a conquistas de projetos sociais, consolidados pela luta da Central, tais como, projetos para o Pará Rural, PAA, capacitações pelo SEBRAE, entre outros. É demonstrado que o coletivo tem maior poder de barganha para várias conquistas em face da representatividade que uma entidade como a Central assume. O segundo aspecto diz respeito à melhoria na organização, apontando um avanço nos métodos aplicados pela Central e o que estes métodos poderão ser internalizados para cada entidade individualmente. Este aspecto foi apontado por 35% dos entrevistados.

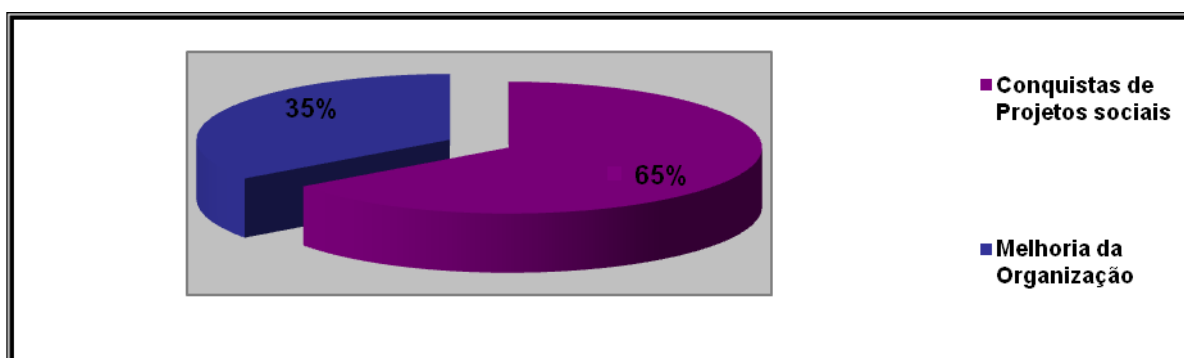


Gráfico 6: Vantagens sociais
Fonte: Pesquisa de campo (julho de 2010)

Desde sua criação, a Central não se propõe levantar nenhuma bandeira partidária. Porém os mecanismos e os métodos de mobilização e discussão dos assuntos elencados em cada entidade tende, a uma aproximação de partidos ditos de esquerda. Entretanto a coordenação não define e nem pretende ter uma filosofia partidária, com tudo a existência de políticos que defendem a causa da Central, em esferas governamentais, legítima a sua

participação e empoderamento gradual perante o todo. Isto é facilmente observado pela participação de um vereador nascido no Rio Canaticú. 60% dos entrevistados apontam que a Central fortalece as lideranças locais e traz com isso uma maior representatividade dos membros da sociedade local (40%).

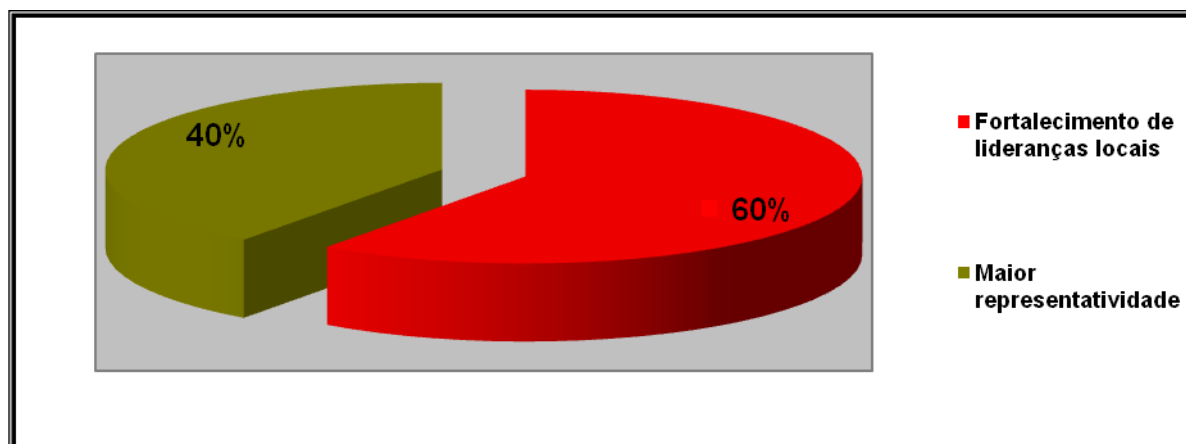


Gráfico 7: Vantagens políticas
Fonte: Pesquisa de campo (julho de 2010).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo mostrou que o surgimento da Central está vinculado a necessidade de romper históricos problemas existentes na economia local representado pela produção e comercialização desorganizada do açaí no município de Curralinho. A Central é um processo coletivo que vem se mostrando um efetivo instrumento de superação desses problemas, aliado as iniciativas governamentais e não governamentais integradas a anseios da coletividade. Sistematizar a construção de uma entidade, avaliando possibilidades e limites para gestão dos seus recursos naturais, requer uma visão holística, que vá além de uma visão baseada puramente na economia. A condução horizontalizada da Central tem perpassado pela assimilação de processos associativistas notoriamente esquecidas dentro das próprias associações. A consolidação da Central tem requerido a reconstrução dos princípios associativistas alijados por grande parte das entidades que hoje, fazem parte da Central. Ainda que possa parecer paradoxal, o avanço da proposta de constituição da Central necessita de pilares fortes, que consolidem uma força social de transformação.

A partir da experiência da Central Cooperativa de Curralinho é possível visualizar o cooperativismo sob os pressupostos teóricos de autores como Veiga e Fonseca (1999) e Singer (2000) que entendem o cooperativismo como alternativo de inclusão social e econômica para indivíduos sem qualificação para os padrões exigidos pelo modelo econômico vigente.

O caso de Curralinho mostra que a criação de central e/ou entidades afins, deve emergir das demandas de grupos interessados a partir de necessidades específicas. Para isto, é necessário saber equilibrar interesses. Assume-se a idéia de que se a Central se estabelecer a partir de agentes externos, suas possibilidades de consolidação e desenvolvimento são mínimas no momento em que o agente incentivador se afastar do grupo. Por isto, a legitimação dos processos por dentro das próprias comunidades, torna-se essencial para o êxito da proposta.

Tendo como referencia o caso analisado, constatou-se que o interesse pela prática do associativismo inclui, mesmo que de forma ainda incipiente no contexto desta pesquisa, atores com alta escolaridade. Ainda que poucos, os associados qualificados são bastante comprometidos com o empreendimento associativo. Estes associados demonstram uma preocupação em planejar conjuntamente e gerir as atividades de forma similar a dinâmica de

planejamento e gerenciamento empresarial, principalmente na cadeia do açaí, que envolve também uma preocupação socioambiental.

Como mostrado no primeiro capítulo, à proposta construída pela Central busca uma elevação na produtividade de frutos de açaí oriundos de áreas manejadas, com vista a consolidar mercados já conhecidos pelos beneficiários e/ou atingir mercados potenciais para comercialização.

Quanto a Gestão ambiental das áreas manejadas dos açazais dos agroextrativistas, existe uma proposta real de manejo comunitário replicador com dois hectares para que estes sejam multiplicados, proposta esta já institucionalizada dentro de programas, como o Pará Rural. Fica evidente a percepção da vantagem, por 72% dos entrevistados, de que o manejo aumenta a produtividade e conseqüentemente, aumenta a renda. Este fator representa condição essencial para manutenção de qualquer sistema produtivo, ainda mais aqueles que têm como cenário o agroextrativismo. Verifica-se que cada vez mais aumenta a responsabilidade da Central no sentido de promover o desenvolvimento local de suas comunidades aliado a um desenvolvimento ecologicamente sustentável. No entanto, necessita com isto de um comprometimento de suas filiadas perante aos seus associados com atuação de forma integrada e coletiva de tratar a temática ambiental.

Ao âmbito comercial, a proposta da Central está delineada em duas vertentes estabelecidas pelos atores sociais. A primeira vertente diz respeito a valorização do fruto açaí, com políticas voltadas ao abastecimento do mercado municipal via atendimento dos programas de segurança alimentar nacional, estadual e municipal que são administrados pela Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB. Esta companhia, por sua vez, fornecerá açaí para creches e escolas do município, o que alinha os anseios solidários de um mercado justo a partir de uma expressão de responsabilidade moral com o município.

Adicionalmente, como já mencionando, a segunda vertente diz respeito ao aproveitamento do fruto dentro de uma escala maior, via empresas processadoras de polpa e suco.

O contexto econômico apresenta um expressivo componente de interdependência entre as oportunidades processadas com influencias de variadas esferas (social, política, econômica e ambiental), materializado através das relações construídas com parcerias com instituições ligadas ao governo e ou iniciativa privada.

Por mais que a iniciativa da Central esteja sob um pressuposto ligados a economia solidária, a prática vem demonstrando que a produção de açaí obtida pelos sócios não são

absorvidas pela economia solidária, necessitando com isto, buscar alternativas que absorvam o excedente, que neste caso representa mais de 70% do que se produz.

A pesquisa evidenciou que os movimentos do perfil socioeconômico dependem das relações econômicas ligados inicialmente ao fruto açaí o que expõe uma grande vulnerabilidade nesse aspecto, haja vista que a relação pretendida pela Central vai muito além de uma consolidação real da venda do açaí.

A Central vem apresentando uma significativa capacidade política de articulação, esta capacidade não se restringiu a instituições de governo, observando também interação com instituições de outra natureza.

Por fim, os resultados apresentados neste estudo permitem enxergar a Central como uma importante iniciativa de desenvolvimento local. Surgido em um movimento de reação diante da necessidade de melhoria da situação econômica de grupos sociais desorganizados, o cenário econômico vivenciado da atualidade introduz novos elementos necessários para assegurar condições de competitividade aos empreendimentos. A obtenção de bom ou mau desempenho da Central depende de um conjunto de fatores internos e externos que interferem no processo, os quais se pretendem expor ao longo desse estudo, através dos movimentos socioeconômicos e político do caso de pesquisa analisado.

Faz-se necessário, portanto, ao se pensar em implantar empreendimentos similares a Central, uma reflexão em torno dos fatores de influência apresentados na presente pesquisa.

Conclui-se que a viabilidade de empreendimentos deste porte, necessita de uma internalização por parte dos atores locais, no intuito de buscarem consolidar um processo de desenvolvimento que preconize melhores condições econômicas, sociais, políticas e ambientais, através de empreendimento coletivo. Os atores que fazem a opção por essa promissora iniciativa de desenvolvimento local precisam estar preparados para se contraporem ao sistema produtivo dominante com condições efetivas de competitividade.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Paulo Peixoto de. Autogestão. In.: CATTANI, Antônio David (Org). **A outra Economia** Porto Alegre: Veraz , 2003:15-20p.

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 3 ed. Porto Alegre: UFRGS, 2001.

ANDRADE, Lúcia C. G. **Gestão Ambiental e políticas públicas para o açaí: experiência na ilha Trambioca, Barcarena/PA**. Belém, 2004 56 f. Monografia (Especialização em Gestão Ambiental. Núcleo de Meio Ambiente – NUMA – Universidade Federal do Pará, 2004).

ARRUDA, Marcos. **A Nova Economia: Transformações no Mundo do Trabalho e seu Futuro**. PACS, Rio de Janeiro, 2001. BRASIL. Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR. Decreto nº. 6.047 de 22 de fevereiro de 2007. Brasília.

ANTONIALLI, Luiz Marcelo. Influência da Mudança de Gestão nas Estratégias de uma Cooperativa Agropecuária. **RAC**, v. 4, n.1, Jan./Abr.2000.

BERTHOME, J.; MERCOIRET, M. R. **Organização dos pequenos produtores**. Brasília: Embrapa, 1999. (Série Agricultura Familiar).

BROSE, Markus. **Participação na Extensão Rural: Experiências Inovadoras de Desenvolvimento Local**, Tomos editorial, 2004.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Análise multidimensional da sustentabilidade: uma proposta metodológica a partir da Agroecologia. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, v.3, n.3, p.70-85, jul./set. 2002b.

CATTANI, Antônio David. Crítica da Economia Solidária. In: **Cultura Vozes**. São Paulo, n.6, v.96, p.10-21 nov/dez. 2002.

COSTA, Anita Aline A.- **interesses agrários e políticas** - a mediação das organizações populares. Relatório de pesquisa. CNPq. 1996.

COSTA, Anita Aline A; RIBEIRO, TCA **O Associativismo no meio rural brasileiro: contradições e perspectivas** - Artigo apresentado no SOBER, 8p, 2001 Disponível em: valedotaquari.org.br. Acesso em: 20 set. 2010.

COSTA, Beatriz Morem da (2004) **Capital Social e Organizações do Terceiro Setor** em Porto Alegre. Porto Alegre. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Tese de doutorado em Sociologia. 245 f.

COSTA, F. de A. Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) na Região Norte: contexto e impactos. **Revista NAEA**, 2001. V.4,n. 1, p. 73-102. Belém-PA.

COSTABEBER, J. A.; MOYANO, E. Transição agroecológica e ação social coletiva. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, v.1, n.4, p.50-60, out./dez. 2000.

COELHO, Simone de Castro Tavares. **Terceiro Setor** – Estudo Comparado entre Brasil e Estados Unidos, 2 ed. São Paulo: Senac, 2000.

COELHO, Vera S.; NOBRE, Marcos. **Participação e Deliberação: teoria democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo**. São Paulo: 34 Letras, 2004.

CHAGAS, Carmo. Associação Comercial de São Paulo: desde 1894 em defesa da livre iniciativa. São Paulo, ACSP, 1997, 127 p. **Artigo apresentado ao 37º Congresso da SOBER**, agosto 1999, Foz de Iguaçu-PR, Tema 5: Associativismo no meio rural.

CROZIER, M.; FRIEDBERG, E., (1977), **L'acteur et le système**. Paris: Ed. du Seuil.

FRANÇA, Cássio L. de; VAZ, José C.; SILVA Ivan P. Do experimentalismo difuso a uma política nacional de desenvolvimento local: uma abordagem introdutória. PRADO, Ivan (Org.) **Aspectos econômicos de experiências em desenvolvimento local**. São Paulo. Instituto Pólis, 2002, p. 5-13.

FRANTZ, Walter. **Desenvolvimento local, associativismo e cooperação**, 2002. Disponível em: <<http://www.unijui.tche.br/~dcre/frantz.html>>. Acesso em: 12set. 2010.

GAIGER, L. (1998). “A solidariedade como alternativa econômica para os pobres”. **Contexto e Educação**, Ijuí, 13(50): 47-71.

GAIGER, L. (1999). **O trabalho ao centro da economia popular solidária**. XIII. Encontro Anual da ANPOCS (GT Trabalho e Sociedade), Caxambu.

GAIGER, L. (2000a). “Sentido e possibilidades da economia solidária hoje”. In: KRAYCHETE, G., LARA, F., COSTA, B. (orgs.). **Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia**. Petrópolis: Vozes, p.167-198.

GAIGER, Luiz Inácio. Virtudes do trabalho nos empreendimentos econômicos solidários. **Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo**. Buenos Aires, v. 7, n. 13, p.191-211, 2001b.

GAIGER, Luiz Inácio. Empreendimentos econômicos solidários. In: CATTANI, Antônio (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003a. p. 135-143.

GERLACH, F. R.; BATALHA, M. O. Organização da produção e perfil das associações paulistas de produtores de leite. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 23, 2003, Ouro Preto. **Anais**. Ouro Preto: Associação Brasileira de Engenharia de produção, 2003. p.221.

IBGE. **Censo demográfico**. Rio de Janeiro, 2000.

_____. **Contagem populacional**. Rio de Janeiro, 2007.

KAPRON, Sérgio; FIALHO, Ana Lúcia. Políticas públicas para a economia solidária. In:CATTANI, Antonio David (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veras, 2003. p. 215-219.

LEFF, E. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Petrópolis: PNUMA, 2001.

LEONELLO, JC; COSAC, CMD. **Estudosdotrabalho.org** .Disponível em: <<http://www.estudosdotrabalho.org>>. Acesso em: 18 set. 2002.

MACPHERSON, I. **Princípios cooperativos para o século XXI**. Porto Alegre: Lagoa, 2003.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 4 ed. São Paulo : Hucitec, 1996.

MITSCHEIN, Thomas; CHAVES, Jadson. **Desenvolvimento local e associativismo empreendedor no Pará: um desafio político**. Belém: Bolsa Amazônia, 2008.

MONTEIRO, A.; FERREIRA, A.; ROCHA, G.; LOPES, O.; TRINDADE, S. **O Espaço Amazônico**. Belém: NPI/ UFPA, 1997.

NASCIMENTO, Ivete. 1993. Homens e Peixes: o tempo na pesca artesanal. **Dissertação (Mestrado)** – Universidade Federal da Paraíba.

OLSON, Mancur. **A Lógica da Ação Coletiva: bens públicos e teoria dos grupos**. Oeiras: Celta, 1998.

OLIVEIRA, Francisco. Os protagonistas do drama: Estado e Sociedade no Brasil. In: Laranjeira, S. (org.). **Classes, movimentos sociais na América Latina**. São Paulo: editora, 1990.

PCDAS ILHA, **A gestão estratégica das cooperativas agroindustriais: o caso do oeste do Paraná**. Revista GEPEC. V.10, n. 2, 2006. p.29-39

PEIXOTO, José. Autogestão: um modelo alternativo de reestruturação da produção. In: PONTE JUNIOR, Osmar (Org.) **Mudanças no mundo do trabalho; cooperativismo e autogestão**. Fortaleza: Expressão, 2000.

PRADO, E. S. de A. C. **A Caminho de Um Empreendimento Solidário e Sustentável: o caso AFLORBEN**. Monografia de Especialização em Empreendedorismo Rural e Desenvolvimento Sustentável.UEPA/Belém, 2003. 67p.

PUTNAM, R. D. **Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

PUTNAM, R.D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

RICHARDSON, R.J. Pesquisa Social: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: **Atlas**, 1999.

ROMEIRO, V. M. B.; ESCRIVÃO FILHO, E.; MIRANDA COSTA, V. M. H. de. **As relações com órgãos representativos na pequena produção familiar citrícola – o caso de Bebedouro – SP**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 42, 2003, Juiz de Fora. **Anais**. Juiz de Fora: Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 2003. p.321.

SANTOS, R. **Hora de valorização da política**: Fórum Social Mundial – um outro mundo é possível. Disponível em: www.forumsocialmundial.org.br/por/tbib.asp. Acesso em: 29 ago. 2010.

SCATOLIN, Fábio Dória. Indicadores de desenvolvimento: um sistema para o Estado do Paraná. Porto Alegre, 1989. **Dissertação (Mestrado em Economia)** – Universidade Federal do rio Grande do Sul. f.24.

SILVA, Antônio Fernando Teixeira da. Coordenação e estrutura de governança do sistema agroindustrial do leite no agreste de Pernambuco. **Dissertação de Mestrado**. Área: Administração e Comunicação Rural. Recife: UFRPE, 2001.

SILVA, José Afonso da. **Direito ambiental constitucional**. 5.ed. São Paulo: Malheiros editores, 2004.

SILVA, Tarcísio da. **Da participação que temos à que queremos**: o processo do Orçamento Participativo na cidade do Recife - A Inovação Democrática no Brasil, 2003 – Disponível em: democraciaparticipativa.org. Acesso em: 23set. 2010.

SILVA, T. N. A participação de cooperados na gestão de cooperativas de produção: uma análise da separação entre propriedade e controle. **Perspectiva Econômica**. São Leopoldo: Unisinos, v.29, n.86, jul./set. 1994.

SILVA, Leonardo X.; HOLZ, Viviane R. **O cooperativismo e seu comportamento diante do capitalismo atual**: aspectos teóricos e evidências empíricas. V Encontro de Pesquisadores Latino-americanos de Cooperativismo. Ribeirão Preto/SP, Ago. 2008.

SILVA J. G. da. Resistir, resistir, resistir : considerações acerca do campesinato no Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 33, 1995. **Anais**. Curitiba: SOBER, 1995. v.2, p. 762 - 777.

SILVEIRA, P. R. C. et al. A diversidade do associativismo na Região do Corede - Centro/RS e sua importância para o desenvolvimento regional. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 37.1999, Foz do Iguaçu. **Anais**. SOBER, 1999.

SINGER, P.; SOUZA, R. (2000) **A economia solidária no Brasil**: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, ano.

SINGER, P. **Economia Solidária**. São Paulo: Contexto, 2002.

SINGER, Paul. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, Paul.; SOUZA, André Ricardo (Org.) **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000

STAKE, Robert E. Estudos de caso em pesquisa e avaliação educacional. **Educação e Seleção**, n. 7, jan./jun. 1983.

STEINER, Philippe. (2001), "The sociology of economic knowledge". *European Journal of Social Theory*, 4 (4): 443-458.

TIRIBA, L., **Economia popular e cultura do trabalho: pedagogia da produção associada**, Ijuí: Unijui, 2001.

VASCONCELOS, Marco Antonio; GARCIA, Manuel Enriquez. **Fundamentos de economia**. São Paulo: Saraiva, 1998.

VEIGA, Sandra Mayrink; FONSECA,Isaque. **Cooperativismo: uma alternativa dos trabalhadores**. Rio de Janeiro: Senac/ARRJ, 1999

VERANO, Luis. **Economia solidária, uma alternativa ao neo-liberalismo**. Santa Maria: Cisma, 2001.

_____. **Trajatória social e projeto de autonomia**; os produtores familiares de algodão na região de Campinas, São Paulo. Campinas, UNICAMP,1988. 166 p (Cadernos do IFCH, 19)

WANDERLEY. Maria de Nazareth Baudel. **A agricultura familiar no Brasil: um espaço em construção**. São Paulo: Mineo, 1995

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZIMMEMANN, Arthur. **Gestão da Mudança Organizacional, métodos e técnicas**. Recife: Bagaço, 2004.